

petrel

Expansão do BRICS

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

[v. 6 | n. 2] [junho | 2024]

[v. 6 | n. 2] [junho | 2024]

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

Expediente

Conselho Editoral:
Daniel Jatobá

Projeto Gráfico e Diagramação:
Isis Lopes
Marco Octávio Ceylão de Meneses Silva
Felipe Alexandre Moura

Revisão:
Daniel Jatobá

Programa de Educação Tutorial - Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais,
Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro,
Asa Norte - Brasília [DF]

CEP 70910-900 | *petrel.unb.br*

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação. O PET-REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, destaca-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET-REL é constituído por estudantes, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI)

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI) é um dos principais instrumentos pedagógicos do PET-REL. O LARI estabelece-se pelo uso de um conjunto de metodologias consagradas no campo das Relações Internacionais, tais como Análise de Política Exterior, Análise Histórica de Relações Internacionais, Análise Crítica de Discurso, dentre outras. Com isso, constitui-se como esforço intelectual de captura, explicação e entendimento das dinâmicas das Relações Internacionais. O LARI oportuniza aos estudantes aprofundar e aprimorar conhecimentos essenciais para sua formação cidadã exigindo dedicação, disciplina, criatividade e pensamento crítico na construção e produção de análises internacionais. O LARI, pensado como um observatório da conjuntura internacional, permite aos estudantes produzir interpretações sobre as dinâmicas globais e que sejam cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se organicamente ao longo de todas as atividades desenvolvidas pelo PET-REL, com momentos especiais de encontros para discussão sobre temas pré-definidos, com base em um termo de referência construído coletivamente pelo grupo. O termo de referência (briefing) visa guiar os participantes e estimular o debate em torno de elementos de análise relevantes, possibilitando identificar variáveis e questões para serem consideradas nas análises. Vale pontuar que o LARI está aberto à participação de estudantes de outros cursos e instituições, no sentido de enriquecer a experiência e tornar o Laboratório ponte na construção de articulações interinstitucionais. Após o debate coletivo com base no termo de referência, os participantes partem para a etapa de produção de suas análises de conjuntura, teórica e metodologicamente embasadas. O conjunto dessas análises, corrigidas por pares pelos petianos e avaliadas pelo tutor, resulta na "Revista Petrel", um Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por fim, podemos afirmar que o PET-REL, através de atividades como o LARI, consolida-se como espaço de comunhão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conectando o trabalho do grupo com o de nossa comunidade acadêmica.

Sumário

Apresentação - A expansão dos BRICS 7
Daniel Jatobá

A Cooperação Sul-Sul no BRICS+ 10
Camila Gomes e Felipe Alexandre Moura

BRICS+ Sob o Olhar Decolonial 15
Isis Aquino

Expansão do BRICS: Perspectivas e Lideranças Emergentes na Transição Energética Global 24
Lenira Oliveira e Nathália Rabelo

The admission of new members to BRICS as a key point in Brazil's energy transition 33
Natália Grass

Etiópia e o BRICS: vantagens da adesão do país ao BRICS 40
Marina Morena Caires

What's next for the Iran Nuclear Deal 50
Marco Octávio de Meneses

O BRICS, o Brasil e a Economia Nacional 57
João Paulo Urbano

The Dollar overthrown: how the BRICS+ interfere in the global financial system 66
João Gabriel Oliveira Luz

Adesão de Novos Membros ao BRICS: novos "system-affecting states"? 72
Sofia Lopes Martins

A adesão dos novos membros ao BRICS e o ODS 5 79
Silas Gomes

Apresentação

A expansão dos BRICS

Daniel Jatobá[1]

A expansão dos BRICS, a partir da incorporação de Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos e Irã, anunciada em agosto de 2023, ao bloco econômico e político formado originalmente por Brasil, Rússia, Índia e China em 2006 e que já incorporara a África do Sul em 2011, é um marco significativo na reconfiguração das relações internacionais contemporâneas. A expansão evidencia a assertividade crescente dessas economias emergentes na economia política mundial e reestimula o debate sobre o processo de redefinição da ordem internacional em sentido mais amplo.

A transformação do bloco, uma coalizão de países intermediários na estrutura de poder internacional, indica o interesse dos países envolvidos no BRICS+ de promover mudanças no sentido de maior inclusão desses países na governança dos assuntos internacionais e nos convoca à necessidade de análise e reflexão sobre uma ampla gama de questões relacionadas à ordem mundial dominada pelo Ocidente. A incorporação dos seis novos membros – não cabe aqui especular se e quando outros mais serão incorporados ao que vem sendo chamado de BRICS+ – tem o potencial não apenas de fortalecer a posição política e econômica dos países envolvidos. Ela nos dá alguns elementos de conjuntura para avaliar provisoriamente esse potencial e também os limites da capacidade do bloco expandido de alterar significativamente as dinâmicas de cooperação no Sul Global e nas tradicionais relações Norte-Sul. Uma vez mais, precisamos ajustar os relógios ao tempo das nossas circunstâncias e atualizar os pontos de orientação das bússolas conceituais e teóricas que utilizamos.

Politicamente, a ampliação dos BRICS é um passo estratégico rumo a um mundo mais multipolar. Este movimento carrega consigo uma crítica às instituições internacionais atuais, vistas por esses países como um

1 Tutor do Programa de Educação Tutorial do curso de Relações Internacionais da UnB (PET-REL/UnB). Professor Associado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais da UnB (PPGECsA/ICS/UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisas Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/UnB). Coordenador do Projeto de Extensão Laboratório de Estudos Diplomáticos (LED/UnB). E-mail: danieljatoba2008@gmail.com.

reflexo dos interesses das economias desenvolvidas dos países ocidentais. A composição mais ampla e diversificada dos BRICS+ pode vir a fortalecer a posição do bloco nas negociações internacionais e na liderança das demais nações do Sul Global. É claro que, por outro lado, cada país-membro traz para a mesa a sua própria agenda geopolítica, desde o esforço da China para assegurar sua ascensão como uma potência global até a luta da Rússia para driblar o relativo isolamento causado por sanções internacionais impostas sobretudo pelos países ocidentais e seus principais aliados após a anexação da Crimeia e a invasão da Ucrânia, isso para não falar dos perfis e interesses de países tão diversos como Brasil, Índia e África do Sul, ou da intensa competição regional entre Arábia Saudita e Irã, compondo uma intrincada trama de interesses e relações cujo desdobramento histórico dependerá de um grande número de variáveis, algumas delas já discerníveis na atual conjuntura, embora muitas delas ainda por conhecer. Para estudiosos das relações internacionais como nós, essas dinâmicas complexas apresentam-se não como um enigma insolúvel, mas como um verdadeiro estímulo à pesquisa acadêmica informada por dados empíricos, conceitos bem delimitados e argumentação teórica sustentada.

No campo econômico, a expansão proposta é um reconhecimento da capacidade de atração das nações que compunham originalmente os BRICS, em especial no âmbito do Sul Global. A combinação dos mercados do BRICS+, parte deles em processo de expansão econômica, como é o caso dos mercados da China e da Índia, por exemplo, de recursos naturais abundantes e de uma classe média em expansão, nos fornece alguns elementos para afirmar que o bloco em atualização está potencialmente bem posicionado para liderar o crescimento econômico nas próximas décadas. A integração de novas economias pode facilitar a criação de cadeias de valor regionais que minimizem a dependência do Ocidente e fomentar o desenvolvimento e a diversificação econômica. Entretanto, é sempre útil realçar que essa expansão não está isenta de desafios. A disparidade entre as economias dos membros, as diferentes trajetórias de desenvolvimento e as variações nos regimes políticos e econômicos exigirão uma abordagem flexível e adaptativa para integrar novos membros de maneira eficaz.

Do ponto de vista social, a expansão dos BRICS oferece uma oportunidade sem precedentes para abordar algumas das questões mais prementes que afetam o Sul Global, inclusive a pobreza, a desigualdade e a sustentabilidade. Nem o Movimento dos Não-Alinhados à Guerra Fria, nem quaisquer outras iniciativas realizadas no passado ou existentes no presente – estas outras, cabe acrescentar, sempre tiveram

escopo regional – jamais representaram oportunidade à altura dos BRICS+ no campo do desenvolvimento social e sustentável. A colaboração e a cooperação nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento urbano e tecnologia, entre outras, poderão ser beneficiadas pelo aprofundamento e expansão do bloco, ainda que por outro lado essa expansão também exija uma navegação cuidadosa em questões sensíveis, como respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural. A capacidade de manter a solidariedade dentro do bloco, apesar de todas as diferenças em questões cruciais, será uma variável-chave para o seu sucesso a médio e longo prazo.

Os BRICS+ enfrentarão desafios significativos, como a necessidade de equilibrar interesses nacionais com objetivos coletivos e de criar mecanismos eficazes para a integração de novas economias e para o fortalecimento das suas relações com o resto do mundo. A capacidade dos BRICS de superar esses obstáculos não determinará apenas o seu futuro como bloco, mas também a emergência de uma ordem mundial mais multipolar do que a ordem herdada das primeiras décadas do pós-Guerra Fria.

A expansão dos BRICS marca um ponto de inflexão com enorme potencial de transformação na governança global. Ao abordar os desafios e aproveitar as oportunidades que essa expansão apresenta, o bloco tem a chance de participar, com papel de destaque proporcional à sua capacidade de gerir suas questões internas, do processo de construção de uma nova realidade geopolítica e geoeconômica. Mais que nunca, o sucesso dos BRICS em se reconfigurar como um bloco mais inclusivo e representativo dependerá de sua capacidade de unir visões diversas em torno de objetivos comuns.

Boa Leitura!

A Cooperação Sul-Sul no BRICS+

Camila Gomes e Felipe Alexandre Moura

Desde sua ascensão, o BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, tem como um de seus pilares a cooperação entre seus membros. Com expectativas iniciais de contraposição a grupos já consolidados, o BRICS encontra obstáculos para alcançar uma posição estável no sistema internacional. Ainda assim, o escopo da cooperação, promovido a partir da proximidade criada em sua esfera, tem sido ampliado em virtude do surgimento de novas arenas de cooperação, sejam elas internas ao grupo ou entre seus membros.

Dentre os esforços de consolidação, a entrada de seis novos países ao BRICS – Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã – representa uma nova gama de possibilidades de fortalecimento do grupo. A adesão desses países, majoritariamente pertencentes ao Sul Global, propicia uma nova possibilidade de atuação: a de reforçar e ampliar o escopo de cooperação entre os membros, fortalecendo-os internamente e consolidando seu poder enquanto um grupo integrado.

Considerando, então, a oportunidade de consolidação do BRICS como um ator fomentador do desenvolvimento da cooperação entre países do Sul Global, resta questionar: a expansão do BRICS é suficiente para intensificar a Cooperação Sul-Sul, ou a adesão de seis novos membros não deve gerar resultados significativos para a cooperação no Sul Global?

A Cooperação Sul-Sul

Para entender propriamente a Cooperação Sul-Sul (CSS), é necessário, antes, revisitar o processo de surgimento da consciência compartilhada do Sul e de sua manifestação nas relações internacionais a partir da segunda metade do século XX. A Conferência de Bandung, de 1955, e o Movimento dos Países Não-Alinhados, de 1961, podem ser considerados marcos importantes para o estabelecimento dos princípios que futuramente guiariam a cooperação

entre os países em desenvolvimento. Porém, o processo de construção de uma consciência compartilhada do Sul se intensificou mesmo apenas no início do século XXI (Ayllón, 2014 apud Caixeta, 2015).

Em 2003, o Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) reuniu três grandes nações em desenvolvimento para discutir projetos de cooperação em diversas áreas por meio do "Fundo IBAS". Uma década mais tarde, a ascensão do BRICS como um grupo de potências emergentes revitalizaria o multilateralismo sob a perspectiva do Sul Global e, atualmente, com a adesão de novos membros ao bloco, possui potencial para ampliar sua estrutura e capacidade material, institucionalmente apoiadas no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Destarte, o bloco poderia reinventar o paradigma clássico da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), conforme proposto por Carlos Milani (2018).

A CID, de acordo com Milani (ibid.), refere-se ao paradigma e às questões subjacentes à dicotomização dos países "doadores" e "beneficiários" na cooperação internacional. O autor tece críticas à institucionalização da desigualdade histórica entre os países no Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituições criadas para fomentar a cooperação internacional tradicional Norte-Sul. Nesse viés, entende-se que se estabeleceram relações de exploração do Norte para com o Sul, e não de cooperação, análogas às condições coloniais que fundamentaram e acentuaram as desigualdades entre as nações doadoras e beneficiárias.

Ainda na visão de Milani (ibid.), a cooperação bilateral Norte-Sul tenderia a intensificar a condição de dependência dos países beneficiários. Por esse motivo, a cooperação multilateral promoveria, por sua vez, a diversificação das relações de cooperação, o que aumentaria o poder de barganha dos países beneficiários no âmbito de negociações com potenciais doadores. Para além, a existência de diferentes organizações multilaterais de cooperação abriria espaços de voz e protagonismo para os países beneficiários em agendas historicamente exclusivas aos países doadores (ibid.).

Diante do exposto, a Cooperação Sul-Sul se aproxima conceitualmente a um projeto político multilateral em expansão que, na figura do BRICS, desempenha um papel crucial na contestação de normas impostas por países do Norte e na disputa por recursos (Santos, 2023). No

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

entanto, ainda que a Cooperação Sul-Sul privilegie as relações de cooperação multilateral em detrimento dos acordos bilaterais, ela dificilmente desmantelará sozinha as estruturas históricas que perpetuam configurações assimétricas nas quais os países do Sul assumem posição subalterna aos países do Norte.

As possibilidades de avanço a partir da Cooperação Sul-Sul no BRICS

Buscando tornar-se independente da posição cativa que a CID tende a impor aos países do Sul Global, o fortalecimento de grupos de cooperação como o BRICS aumenta os espaços de diálogo e, consequentemente, as perspectivas de que os países do Sul cooperem entre si. Com sua expansão, as potências emergentes que já pertenciam ao grupo, assim como os recém chegados, ganham maiores oportunidades de fortalecer-se a partir das múltiplas possibilidades de atuação em conjunto com outros membros.

Tal expansão possibilita, ainda, maior projeção no sistema internacional, tanto para o grupo enquanto unidade, quanto para os integrantes de forma individual. Em conflitos envolvendo grandes potências, como a invasão russa à Ucrânia e o envolvimento indireto do Ocidente na guerra travada entre Israel e Hamas, o Sul Global parece, por meio de ações como as desenvolvidas no âmbito do BRICS, emergir com significativo destaque no cenário internacional.

Sem deixar de lado projetos de cooperação com o Ocidente, países do Sul têm resistido às pressões internacionais para romper relações com países "opositores", como a Rússia. Outros países da região, tal qual o Brasil que, na figura do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao mesmo tempo, condena as ações russas que atentam contra a soberania territorial de outros Estados e mantém as relações diplomáticas entre os dois países intactas. É por meio de "jogos de cintura" baseados na diplomacia que os países do Sul Global podem não apenas fortalecer grupos como o BRICS em meio a cenários como esse, mas estabelecer suas posições geopolíticas e alavancar suas projeções à nível global.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Considerações finais

Mesmo considerando que a CID e o paradigma clássico da cooperação Norte-Sul subalternize os países "beneficiários" em relação aos seus "doadores", tais colaborações não podem ser menosprezadas. Tal fato, porém, não representa que os países do Sul devam permanecer em posições submissas nos relacionamentos estabelecidos com países do Norte sem buscar por alternativas que melhor atendam as suas necessidades.

É neste contexto que a Cooperação Sul-Sul, representada pelo fortalecimento e ampliação do BRICS, torna-se tão importante. Sendo baseada em acordos firmados em um contexto similar, ainda que por vezes díspar, os projetos de cooperação entre países do Sul Global representam grande oportunidade de crescimento econômico alinhado a uma perspectiva de desenvolvimento pensada a partir do Sul, assim como para o surgimento de novas coalizões regionais menos suscetíveis aos interesses ocidentais.

A adesão de novos membros, revigora e amplifica a posição do BRICS como um ator relevante no sistema internacional, especialmente em um contexto de instabilidade em que potências se envolvem, direta ou indiretamente, em conflitos violentos e prolongados. O atual cenário parece promissor para a consolidação do BRICS e sua busca pela conquista de mais espaço nos fluxos de cooperação. Resta, por fim, observar o desenvolvimento das ações exercidas pelo grupo para saber se o potencial será alcançado ou se a oportunidade será dissipada.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

BESHARATI, N., & Esteves, P. (2015). Os BRICS, a cooperação sul-sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional. Contexto Internacional, 37(1), 289–330. https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000100009.

CAIXETA, M. B. (2015). A Cooperação Sul-Sul: novos referenciais teóricos nas Relações Internacionais como contribuição das Epistemologias do Sul. Conjuntura Austral–Journal of Global South, 6(32), 4-18. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/57212/35704. Acesso em: 10 de nov. 2023.

DOS SANTOS, C. (2023). A Cooperação Sul-Sul e o Multilateralismo Multinormativo na Criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS. Revista Tempo Do Mundo, (31), 117-144. https://doi.org/10.38116/rtm31art4.

JORNALISMO TV CULTURA. Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, condena invasão da Rússia à Ucrânia. YouTube, 11 de maio de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-O6Ic3IH0-U. Acesso em 11 de nov. de 2023.

MILANI, C. (2018). Solidariedade e Interesse. Motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Editora Appris. ISBN: 978-85-473-2141-3.

SHIDORE, S. The Return of the Global South. Foreign Affairs. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/world/return-global-south-critique-western-power. Acesso em: 10 de nov. 2023.

BRICS+ Sob o Olhar Decolonial

Isis Aquino

"Eles venceram e o sinal está fechado para nós, que somos jovens." - Elis Regina

O presente texto propõe analisar o BRICS+ a partir da perspectiva decolonial. A pesquisa se dá através da leitura dos pontos chaves de articulação dos BRICS e tem como objetivo analisar de que formas a decolonialidade dialoga com a política de governança global proposta pela cúpula até então. Posteriormente, os padrões e tendências observados serão usados como ferramenta para prospectar quais os possíveis desdobramentos da entrada de novos membros no bloco na decomposição dos sistemas de hierarquia globais.

Contextualização

Dentro de análises de conjuntura é possível optar por diferentes óticas de leitura de uma questão, que afetam a compreensão da cronologia evocada e as reflexões a serem levantadas. Dentro dessa premissa, o presente artigo se propõe a lançar sobre os debates que rondam os BRICS e suas recentes movimentações sob a ótica da decolonialidade. Ao instigar essa proposta, será possível perceber como os países em estudo se articulam a partir da posicionalidade do Sul Global e como a mesma está intrinsecamente ligada à existência do BRICS e, mais recentemente, do BRICS+.

A emergência desse bloco se dá em concomitância à própria ascensão econômica das nações que o compõem. No início do século XXI, Brasil, Rússia, Índia e China compunham 23,3% do PIB global e assinalaram a média de crescimento anual de 1,7%, que superou alguns Estados do G7 (Neill, 2001). Conforme buscam espaço no cenário internacional, os mesmos foram atravessados por um sistema de trocas e instituições construídas em torno de um esforço pela manutenção da divisão do trabalho internacionalmente (Zondi, 2009, p.74).

Esses elementos, que remontam a colonialidade, impelem os BRIC ao diálogo entre si e, dessa cooperação, a instituição emerge oficialmente em 2009. Na Conferência

de Ecaterimburgo (2009) é divulgada sua agenda de reivindicações iniciais que contempla:

1. O apoio ao protagonismo do G20, em detrimento do G8, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de Instituições Financeiras Internacionais.

2. Reformas profundas no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Internacional do Desenvolvimento (BID).

3. Impulsionar o acesso de países pobres a mercados, crédito, assistência financeira, ciência e tecnologia (ibid.).

O conceito de prosperidade comum e compartilhada globalmente é uma base central desse projeto inicial. Essa reivindicação atravessa a defesa do direito de desenvolvimento de cada país, e os desafios da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sociedades do Sul Global (ibid.).

O bloco se lança como uma liderança da cooperação e representatividade do Sul Global, dentro de um espectro de prosperidade compartilhada e desenvolvimento coletivo. O plano estratégico apresentado em 2009 supera a prospecção meramente econômica apresentada por O'Neil, e propõe transformações nas estruturas de desenvolvimento vigentes (ibid, p.10). Em 2011, a África do Sul passa a integrar o conluio e consolida a composição do BRICS que esteve em vigor até 2023 (Jolivet, 2023).

BRICS: Uma Resposta à Colonialidade

A posicionalidade inicial dos BRICS remonta à reflexividade decolonial, que apresenta as contradições da globalização e como esses elementos são essenciais para a divisão desigual de poder e direitos ao redor do globo (Zondi, 2009). A construção do sistema de nações que vigora no século XXI é resultado da consciente articulação das nações europeias, e posteriormente dos Estados Unidos e outros agentes menos expoentes, para a construção da lógica de poder ocidental. Esse sistema é consolidado no pós II Guerra Mundial através da institucionalização das Nações Unidas e seus órgãos correlatos, e se baseia

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

na concepção da dualidade entre entes desenvolvidos e subdesenvolvidos (Mignolo, 2021, p. 2-8).

Convenientemente, a codificação das nações a partir da dualidade desenvolvimentista constrói um imaginário maniqueísta, pautado pelo sujeito bom vs. ruim e desejável vs. indesejável. Sobretudo, essa nova divisão sobrepõe a origem histórica que determina as posições sociais dos povos, onde existe um padrão de relações pautadas pelos colonizadores contra os colonizados (ibid).

Apesar de ser ilustrada como um processo espontâneo, a globalização é resultado de expansão capitalista. Marcadamente, essa expansão corresponde ao início da colonização, da invasão de terras para fins extrativistas, da escravidão, do enraizamento das raízes cristãs de gênero, das bases eurocêntricas de construção do conhecimento e da organização social. O mundo globalizado não é o resultado de uma sucessão de fatores, mas sim uma manipulação de todos os povos de acordo com o interesse das metrópoles colonizadoras (ibid.).

Na mesma medida, a inserção internacional das nações alvo dessas narrativas se dá necessariamente a partir das vivências subalternas. Quando realizam suas leituras do institucionalismo moderno, os BRICS são atravessados pelas perspectivas de dominação do norte, que é também o grande elemento constitutivo que possuem em comum. As propostas lançadas pelo bloco revisitam o decolonialismo ao propor alternativas e demandar transformações nas estruturas de concentração de recursos (Zondi, 2009, p.12).

À luz desses fatos, é possível então identificar na gênese do BRICS e em suas diretrizes iniciais um padrão de união que remonta a busca por ressignificação das suas identidades (Mignolo, 2021, p.8). Esses Estados emergentes são atravessados pelo mesmo desafio de se inserir no cenário internacional dentro de um contexto marcado pela dominação liberal e pelos estamentos coloniais que, mesmo que em suas facetas modernas, ainda determinam as regras do jogo. Os mesmos reconhecem e denunciam esse status quo, lançando uma liderança decolonial para o século XXI (Zondi, 2009, p.13).

Dentro do conjunto de propostas, discursos e metas iniciais apresentados é possível perceber que existe um posicionamento crítico em relação à articulação imperialista no sistema global, e que existem elementos da decolonialidade sendo articulados para respondê-los. Esse

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

discurso é explícito e, sobretudo, intencional, permitindo ao Sul Global visualizar a construção de novos mundos, ou pelo menos a intencionalidade de grandes lideranças regionais em fazê-lo.

É significativo que exista essa manifestação, pelo alcance que discursos como esse tem no empoderamento dos países, mas também porque são propostas medidas práticas para a reorganização da dinâmica de desenvolvimento. De 2009 para cá, as múltiplas pautas apresentadas tomaram diferentes rumos e foram contrabalançadas pelas políticas de expansão de mercado desses países e, analisando essas dinâmicas, é possível perceber uma dualidade entre a discursividade decolonial do bloco e suas ferramentas de expansão de poder.

Relações Assimétricas na Cooperação Sul-Sul

Ao considerar a opressão colonial, é necessário levar em consideração suas múltiplas facetas. Nas vivências do sul, existem atravessamentos de raça, etnia, religiosidade, gênero, entre outros que criam um grande espectro interseccional e particular para cada nação (Quijano, 2005). Nesse sentido, é importante compreender que China, Índia, Rússia, Brasil e África do Sul conseguem, através da preponderância monetária e de suas características históricas particulares, obter maior acesso ao poder em comparação com outros territórios (Moyo, 79).

Apesar de lançarem mão de uma narrativa de resistência e criação de alternativas ao modelo imperialista, é possível observar tanto em suas estratégias de crescimento quanto nas abordagens de financiamento internacional que o BRICS não dispõem de uma metodologia decolonial na práxis, sobretudo no campo econômico (ibid, p.80-81).

No contexto posterior a sua criação, o BRICS busca parcerias e apoio em outros países periféricos a fim de consolidar-se e angariar legitimidade. Algumas linhas principais de atuação são lançadas nesse sentido, dentre as quais destacam-se as abordagens direcionadas aos países do continente africano. Os territórios do continente são estrategicamente interessantes em razão dos seus mercados e da arena política envolvida, que é um campo de apoio relevante na balança interestatal (Jolivet, 2023).

Através de fóruns e encontros na região, do apoio da África

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

do Sul, das instituições de financiamento internacional lançadas e do investimento direto das em projetos de interesse particular por parte de cada nação interessada, os 5 países se consolidaram como uma frente relevante de financiamento local. Os projetos de interesse são sobretudo em áreas de infraestrutura, desenvolvimento de capacidade produtiva, integração continental, manufatura e empresas de pequeno e médio porte (Moyo, p.82).

Essa nova dinâmica cria uma frente de competitividade com os fundos clássicos da Europa e América do Norte, iniciando um novo capítulo nas possibilidades de negociação para os consulados africanos. As taxas de juros mais coerentes e o perdão de dívidas vem sendo práticas marcantes na relação Sul-Sul em análise, e cabe destacar que, apesar de ser essencial considerar o interesse em se criar influência política no local, os empréstimos não vêm atrelados a pré-condicionamentos nos sistemas políticos (ibid.).

Com a consolidação do Novo Banco do Desenvolvimento (NBD) a dinâmica das economias em crescimento como financiadoras de pequenos mercados se consolida, atrelada a alguns padrões de comportamento predatórios. Apesar de oferecerem condições de crédito atrativas, com frequência os acordos são voltados ao extrativismo de recursos naturais e predispõem a instalação de empresas multinacionais dos BRICS para instrumentalizar a extração e comercialização. Ainda, muitas das obras de infraestrutura visam edificar espaços para escoamento e entrada de mercadorias. Esses mesmos mercados recebem os bens de consumo industrializados nas indústrias dos Estados do bloco, sobretudo chinesas (Moyo, p.85).

Tratam-se de abordagens que perpetuam a dependência econômica de países vulneráveis em relação a metrópoles mais preponderantes (ibid.). O princípio de não intervencionismo que pauta o NBD (Bertelsmann-Scott et al., 2016) e a cooperação dos BRICS também favorece o apoio a projetos econômicos que consolidam e instrumentalizam regimes de governo autoritários e genocidas. A falta de atenção a projetos voltados ao desenvolvimento social dos países destaca, por parte dos BRICS, uma faceta predatória e que desencadeia no longo prazo, a desindustrialização, desemprego, a falta de acesso a direitos humanos e, por conseguinte, condições de vida mais justas e igualitárias (Moyo, 2021, p. 95).

É possível verificar, portanto, uma dualidade na localização do BRICS dentro do escopo decolonial. É inevitável

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

reconhecer que o bloco lança uma forte liderança pelo avanço da equidade global, entretanto, suas práticas remontam aos padrões coloniais e neoliberais da globalização e não apresentam reflexividade em relação à construção prática de alternativas ao desenvolvimentismo, caracterizado pela dependência entre mercados e pela divisão internacional do trabalho.

Reverberações da Entrada de Novos Agentes no BRICS

Em agosto de 2023, no encontro da África do Sul, os BRICS anunciaram a expansão da sua comunidade, que a partir de 2024 passará a integrar 6 novos países convidados. Argentina, Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes, Egito e Etiópia adentram a iniciativa e, com seus contextos e interesses particulares, iniciam um novo capítulo para a instituição (Jolivet, 2023). Cabe reconhecer que esses ingressos edificam legitimidade institucional ao grupo, mas também acirra a necessidade de se consolidar um senso de propósito coletivo nessa interação (Pant, 2023).

É nítido, à primeira vista, a diversidade de contextos sociopolíticos desses Estados, bem como a existência de atritos bilaterais não alinhados entre eles. As expectativas em relação ao espaço de cooperação em questão variam regionalmente:

• Os países do Oriente Médio ingressam no bloco bastante interessados nas oportunidades financeiras relacionadas a essa aliança, vendo a integração como um investimento de curto prazo e baixo risco (ibid.).

• Os países africanos envolvidos se sentem atraídos pelas oportunidades de enriquecimento envolvidas, entretanto, a plataforma de projeção internacional de suas perspectivas e aquisição de poder de barganha no contexto global também são centrais (ibid.).

• A Argentina reflete, na sua relação com os BRICS, suas próprias oscilações internas. Com a eleição do presidente ultra liberal Javier Milei, a nação vem tomando uma narrativa de reaproximação com o Ocidente e, especialmente, ruptura com governos de esquerda e comunistas, especialmente a China. Em razão desses e outros aspectos, sob a nova direção, a Argentina declinou a oportunidade de vir a participar no BRICS (Plummer, 2023).

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

É possível perceber, nessa nova fase, a consolidação das abordagens que já vinham sendo efetuadas e que buscam privilegiar a funcionalidade da plataforma ao aspecto de desenvolvimento econômico. A ampliação do grupo está atrelada à demonstração de amadurecimento e robustez diante da comunidade internacional, na mesma medida, o fato dos países convidados manifestarem majoritariamente interesses financeiros espelha as concepções dos anfitriões para o futuro do projeto (Pant, 2023).

Outro fator que vem ganhando atenção nas análises é a desigualdade de condições materiais entre os atores internos, dentre as quais se destaca a China e seu lastro econômico. Regulamentarmente, os países possuem horizontalidade decisória e não há autoridades ou pressões centralizadoras dentro do BRICS. Contudo, em grande parte devido ao seu poder econômico, existe uma grande margem de influência chinesa nas decisões, dinâmicas e políticas do bloco. Em menor escala, isso se reverbera também nos outros Estados fundadores (ibid.).

A comunidade internacional também se encontra ressabiada em relação a como funcionará a dinâmica de negociação em uma comunidade com tantas diferenças bilaterais entre os membros. Do ponto de vista do globalismo decolonial, essa experiência tem potencial para ser um laboratório na construção de dinâmicas de relacionamento internacionais mais alinhados com a realidade e os desafios do agentes do Sul Global (Triocci, 2024).

Conclusão

A partir dos elementos apresentados é possível compreender e prospectar alguns aspectos centrais sobre a representatividade dos BRICS na promoção da decolonialidade.

A comunidade se propõe a algumas propostas de reforma consistentes nos fóruns clássicos de Bretton Woods e de fato consolida fontes de financiamento alternativas para o Sul Global, entretanto, esses pactos não dispõem dos elementos necessários para projetos que sejam capazes de promover justiça global e qualidade de vida sustentável para as populações envolvidas.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Com o passar dos anos, os valores equitativos apresentados pela carta inicial em 2009 vem se diluindo em detrimento do uso da plataforma para garantir os interesses das economias da China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul. O bloco de fato promove a cooperação sul-sul, mas reproduz dinâmicas sub-imperialistas e que reforçam a desigualdade social.

Instituições internacionais são o reflexo das dinâmicas de poder de um período, e da mesma maneira suas oscilações e transformações são indicativos de oscilações nas dinâmicas operantes. A partir do pressuposto de que a ascensão dos BRICS são parte de um processo desse gênero, é possível perceber a ascensão de uma ordem multipolar. A expansão do bloco para novos membros também consolida esse movimento, contudo, a escolha dos mesmos baseada em mercados alinhados ao projeto de competitividade comercial com o ocidente destacam que a crítica ao capitalismo por parte dos BRICS é estritamente reformista, não podendo ser atrelada a efetivas medidas por igualdade de renda ou justiça global.

Por último, é essencial compreender que não é possível movimentar qualquer inserção ou transformação global a partir do Sul Global sem que a decolonialidade atravesse seus agentes. É fulcral compreender que existe, na concepção atual do bloco, bases de transformação da hierarquia global e que esse é um ponto essencial para ser possível pautar um debate sobre transformação da hierarquia social. Não é sustentável, entretanto, que esse processo seja feito às custas da perpetuação de dinâmicas coloniais a partir de novas nações. Os BRICS são uma alternativa consolidada à organização política ocidental, e o novo capítulo iniciado ao extrapolarem sua composição inicial e consolidarem o BRICS+ remonta o esforço decolonial pela construção de espaços de cooperação plurais e que pautam a justiça social. Entretanto, tão importante quanto pautar esse assunto é fazer dele um objetivo e caminhar, ou criar caminhos, nessa direção.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

BERTELSMANN-SCOTT, T. et al. The New Development Bank: Moving The Brics From An Acronym To An Institution. SAIIA, Occasional Paper, n.233, 2016.

JOLIVET, T. A Promising Model of Cooperation: Why BRICS Plus, as a new model of international cooperation, is suitable for a multipolar era. ChinAfrica, Vol.15, 2023. Disponível em: http://www.chinafrica.cn/Homepage/202308/t20230810_800339174.html. Acesso em 10 de nov de 2023.

MOYO, G. BRICS Rising Together With Africa. In: African Agency, Finance and Developmental States. Bulawayo: Palgrave Macmillan. 2021. p. 81-101 doi:10.1007/978-3-030-72412-2

MIGNOLO, W.. Coloniality and globalization: a decolonial take. Globalizations, v.18, n.5, p.720-737, 2021. DOI: 10.1080/14747731.2020.1842094

O'NEILL, J. Building Better Global Economic BRICs. Global Economics Paper, n. 66, p.1-16, 2001.

PANT. V. Introduction. In: From BRICS to BRICS Plus: Old Partners and New Stakeholders. Observer Research Foundation. 2023. p.2-5.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

PLUMMER, R. Argentina Pulls Out of Plan to join BRICS Bloc. BBC News, New York, 29 dez 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-latin-america-67842992. Acesso em: 15 abr 2023.

SESHASAYEE, H. BRICS+: More Than Just an Alphabet Soup? In: PANT. V. From BRICS to BRICS Plus: Old Partners and New Stakeholders. Observer Research Foundation. 2023. p.13-16.

TRIOCCI, E. What about the BRICS? examining power politics in a changing world order. Journal of Economic Politics. p.1-21, 2024. 10.1080/2158379X.2024.2341018

ZONDI, S. The BRICS and the Transformation of Global Governance: A Decolonial Perspective. Africa Insight, v. 48, n.4, p.1-14, 2019.

Expansão do BRICS: Perspectivas e Lideranças Emergentes na Transição Energética Global

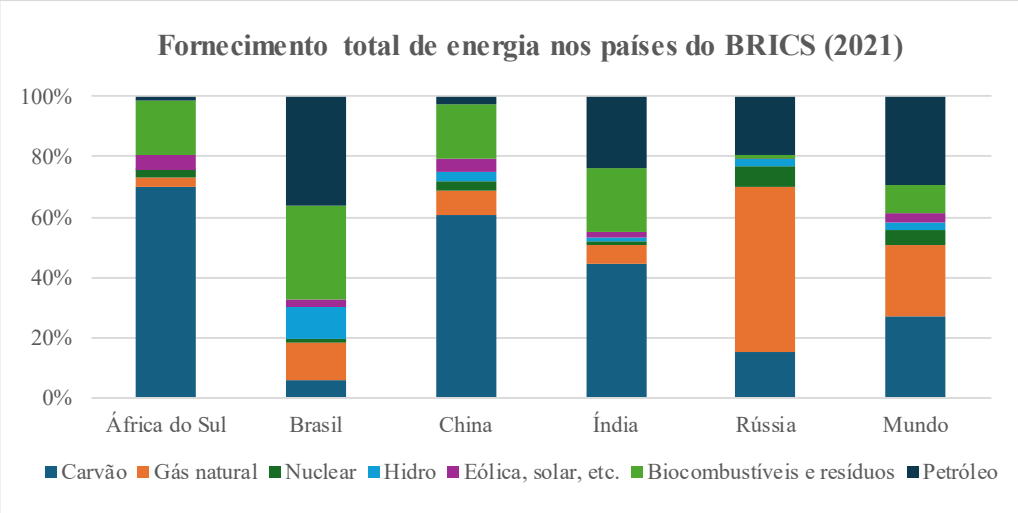
Lenira Oliveira e Nathália Rabelo

Na Cúpula do BRICS, ocorrida na África do Sul em agosto de 2023, anunciou-se a ampliação do grupo com a adesão de seis novos países, sendo eles: Argentina, Egito, Irã, Etiópia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Com isso, surgem questões sobre mudanças futuras em torno de pautas políticas, econômicas e sociais, incluindo a transição energética. Destarte, a análise investigará as perspectivas de transição energética no âmbito do BRICS, de modo a questionar se ela tem potencial de ocupar um espaço de maior importância nas discussões do grupo com a sua expansão, e se o Brasil pode assumir uma posição de destaque nessas discussões.

A matriz energética do BRICS

O setor energético vem ganhando cada vez mais relevância nas discussões tanto nacionais dos governos quanto em fóruns multilaterais, devido à percepção de que a transformação da matriz energética pode corroborar na mitigação das mudanças climáticas. A transição energética tem sido pautada nessas discussões como sendo uma série de políticas que buscam difundir a geração de energia baseada, principalmente, em fontes renováveis. Nesse contexto, o grupo político BRICS, outrora formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, tem potencial de oferecer soluções significativas para a transformação da matriz energética desses países, sobretudo, por terem um peso considerável na produção e no consumo energético em escala global (Losekann; Tavares, 2020, p. 7).

Atualmente, a matriz energética dos países que formam o BRICS ainda é muito concentrada em combustíveis fósseis (como exemplifica o gráfico apresentado abaixo), no entanto, nota-se uma certa tendência dos países deste grupo em impulsionarem a transição energética para uma matriz de "baixo carbono" (ibid., 2020, p. 11), em decorrência das medidas tomadas pelos governos dos Estados que fazem parte deste grupo.



Dados da IEA (Fonte: Losekann; Tavares, 2020)

Dentre os países do BRICS, o Brasil é o que melhor lida com a questão de descarbonização e desenvolvimento de fontes energéticas sustentáveis (ibid., 2020). Por outro lado, países como a Rússia, em que os recursos fósseis ainda são muito relevantes para a economia, não existe tanto engajamento em fazer essa transição para fontes de baixo carbono. Enquanto isso, a China assume um claro protagonismo neste processo, ao buscar estabelecer políticas nacionais que priorizem energias renováveis (ibid., 2020, p. 32).

A Índia também demanda muita energia para suprir as necessidades de sua população, mas o país ainda é muito dependente de importações neste setor, e tem sua matriz energética muito baseada no carvão, assim como a China e a África do Sul. No entanto, nota-se uma preocupação em avançar com a transição energética do país, como é evidenciado no 12º plano quinquenal e na Agenda de Ação Trianual, em que o governo indiano estabeleceu diretrizes para o setor energético (ibid., 2020, p. 37).

Já a África do Sul é o país do grupo que enfrenta um dos maiores desafios para a realização da transição de sua matriz energética para uma que seja mais sustentável, muito por conta de dificuldades econômicas e institucionais para atingir esse fim (ibid., 2020, p. 18). Dessa forma, pode-se observar que os atuais integrantes do BRICS têm fontes de energia variadas, entretanto, é de comum interesse o aumento das fontes renováveis. A questão posta é se os países do grupo vão dar maior importância ao tema da transição energética nas futuras discussões do bloco, tendo em vista estabelecer parcerias e projetos de cooperação

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

entre eles.

Oportunidades e desafios da transição energética com a expansão do BRICS

Com a entrada dos novos membros, a partir de janeiro de 2024, o BRICS passará a englobar quase metade da produção de petróleo mundial (Chiappini, 2023). Mesmo assim, o bloco tem o potencial de alavancar as discussões sobre transição energética, haja visto que ele irá incluir parceiros importantes no que diz respeito à produção de energias renováveis, como o hidrogênio verde e minerais críticos, sobretudo, as terras raras.

De acordo com um levantamento feito pela plataforma Statista, a China, a Índia e o Brasil estavam entre os cinco maiores investidores em energia renovável no ano de 2019, enquanto os Emirados Árabes Unidos aparecia na 10a colocação (Investment..., 2020).

Em relação ao mercado de hidrogênio verde, o Brasil se apresenta como um país que tem potencial de oferecer um dos melhores do mercado em termos de custo-benefício, enquanto países como China, Índia, Egito, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Etiópia e África do Sul estão estabelecendo metas ambiciosas para a produção de hidrogênio de baixo carbono (Chiappini, 2023). Além disso, os biocombustíveis também entram em pauta, já que a Índia e o Brasil se colocam como alguns dos maiores produtores de combustíveis de aviação sustentáveis (SAF, na sigla em inglês).

Segundo o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS, sigla em inglês), com a ascensão de novos membros ao BRICS, o grupo passaria a deter 72% de terras raras (e três dos cinco países com as maiores reservas), 75% do manganês mundial, 50% do grafite mundial, 28% do níquel mundial e 10% do cobre mundial – excluindo as reservas do Irã (Baskaran; Cahill, 2023).

Nesse contexto, nota-se um grande potencial que se abre com a expansão do grupo no que diz respeito à agenda de transição energética. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também pode contribuir nesse sentido, principalmente ao prover financiamento a projetos de países do bloco que promovam o uso de recursos

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

energéticos renováveis. Mas ainda se faz necessário refletir sobre alguns desafios relacionados a este processo de transição energética no âmbito do BRICS.

Um dos principais desafios para a harmonização de metas e políticas dentro do BRICS é a diferença de recursos e necessidades energéticas de cada país. Ocorre que muitos têm diferentes recursos energéticos em abundância em seu território, como é o caso do petróleo e do gás natural na Rússia e em países do Oriente Médio como o Irã, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Então, eles precisariam desenvolver diferentes meios para utilizar seus próprios recursos de forma eficiente e limpa.

Equilibrar os diferentes setores energéticos, com atenção para os interesses internos e grupos de pressão, torna-se mais complicado com um maior número de integrantes no bloco. Existem ainda diferenças estruturais e socioeconômicas, bem como barreiras comerciais e regulatórias, e disputas geopolíticas, que impedem o desenvolvimento de uma política energética harmoniosa.

Uma das questões mais importantes para os países quando se trata de energia, é a segurança energética, ou seja, conseguir disponibilizar os serviços energéticos a todo tempo e em uma quantidade suficiente para sua população. Entretanto, alguns países no bloco têm níveis muito baixos de segurança energética, o que implica em outro desafio a ser resolvido internamente antes de se buscar desenvolver cooperação nesta área, para não correr o risco de se tornar dependente das fontes de energia estrangeiras.

No contexto do BRICS, os alinhamentos e rivalidades geopolíticas trazem desafios a todas as agendas, mas especificamente na energética isso pode criar obstáculos para o desenvolvimento técnico de inovações e compartilhamento de tecnologias. O que também pode agravar a dificuldade de conseguir financiamento e investimentos diretos em infraestrutura para produção e transmissão de energia. A exemplo disso, a China se destaca como principal investidor e credor no bloco, mas sua disputa com os Estados Unidos pode dificultar as possibilidades de cooperação com a Arábia Saudita, país alinhado à eles (Investment..., 2020).

Diante do exposto, existem diversos desafios a serem superados pelo BRICS para que consigam avançar na harmonização de políticas de transição energética. Ainda assim, o bloco oferece oportunidade para que esses países

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

superem esses desafios por meio do estreitamento político que pode facilitar que acordos de cooperação sejam firmados e haja, com isso, maior diálogo e alinhamento de metas relacionadas ao tema. Uma possível maneira de fazê-lo é estabelecer mecanismos de governança e cooperação, através da criação de órgão conjunto que trate do tema, incentivando e aumentando o compromisso de promover a sustentabilidade energética.

O Brasil pode ocupar uma posição de destaque nesta agenda no âmbito do BRICS?

A matriz energética brasileira é composta por 45% de energia renovável, uma das mais limpas do mundo. Com lugar de destaque na produção e uso de biocombustíveis de cana-de-açúcar no setor de transportes – aproximadamente 20% do uso, comparado com 4% no resto do mundo – e no uso das hidrelétricas para fornecimento de energia, alcançando o marco de cerca de 64% da geração elétrica, comparado com a menos de 20% no restante do mundo (Schreiber, 2023).

O Brasil também está no ranking dos 10 países com a melhor transição energética e possui o biocombustível – feito de cana-de-açúcar – mais barato do mundo, o etanol. No setor de biocombustíveis, com destaque para a indústria do etanol, o Brasil é líder na produção de equipamentos, com um maquinário eficiente e com constantes investimentos para desenvolver e elevar a produção. Com sua experiência e proeminência na área, o país tem muito a ensinar a outros membros do grupo por meio de cooperações técnicas voltadas para o desenvolvimento de biocombustíveis.

O país possui, outrossim, as capacidades necessárias para participar da cadeia produtiva do hidrogênio com uma grande vantagem comparativa, graças ao nordeste brasileiro e sua capacidade de gerar fontes de eletricidade limpas, que podem produzir hidrogênio a partir da eletrólise da água (Teixeira et al., 2021).

Outro fator importante são as políticas públicas implementadas pelo governo, como o RenovaBio, considerado o maior programa do mundo em descarbonização da matriz de transporte, e que estabelece um mercado de créditos de descarbonização, o CBio (Brasil gera..., 2021).

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Essa política, entre outras, demonstra como o Brasil tem trabalhado no setor de segurança energética, procurando desde os choques do petróleo na década de 1970, uma forma de manter o suprimento de combustíveis e de energia do País, de forma constante, segura e sustentável (Segurança Energética, 2023). Além disso, existem diversos projetos para aumentar a quantidade de biocombustíveis utilizada no setor de transportes, bem como o uso de energia solar e eólica – devido à disponibilidade de solo e à capacidade produtiva nordestina –, e produção e uso de gás natural dentre tantos outros que buscam ampliar ainda mais a matriz energética sustentável do País (Losekann; Tavares, 2020).

O conhecimento sobre esse tipo de política pode ser compartilhado por meio de cooperações técnicas e acordos entre os membros do BRICS, adequando seu funcionamento com as legislações e economias de cada país. Neste âmbito, o Brasil tem experiência, pois por meio de acordos de cooperação do governo e do setor privado brasileiro com o governo da Índia, o País ajudou os indianos a alcançarem o posto de terceiro maior produtor de biocombustíveis do mundo. De acordo com o governo brasileiro, os dois países trabalharam juntos nos níveis governamental, acadêmico, tecnológico e empresarial, contribuindo assim com o programa nacional de biocombustíveis indiano, que propõe agora adotar 20% de mistura de etanol na gasolina e fabricar automóveis flex como os brasileiros (Aliança por..., 2023).

Isso exposto, pode-se inferir que o Brasil pode utilizar seus sucessos prévios na área, seu know-how, sua capacidade de produção de equipamentos e sua gama de possibilidades em ampliar a matriz energética para alavancar a pauta da transição energética nas discussões do BRICS e, a partir disso, firmar acordos de cooperação técnica em áreas estratégicas para cada país, de modo a se projetar no cenário internacional como uma potencial liderança no que diz respeito à produção de energias renováveis.

Considerações finais

A adesão de novos membros ao BRICS abre um leque de possibilidades de agendas para serem discutidas pelo bloco, dentre elas uma que se torna cada vez mais relevante no cenário internacional é a de transição energética. Tendo isso em vista, os países que já faziam parte do grupo e os que irão integrá-lo a partir de 2024 têm, diante deles, um

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

fórum multilateral que possibilita a discussão sobre este tema entre países em desenvolvimento, de forma a abrir espaço para que acordos de cooperação sejam firmados entre eles.

Existem inúmeras oportunidades e desafios que precisam ser enfrentados pelos países do BRICS para fazer avançar esta transição, mas já se nota um engajamento por parte deles neste sentido, mesmo que ainda não seja um esforço conjunto. O bloco pode corroborar para este fim, desde que as questões ligadas a agenda de transição sejam discutidas nas reuniões do grupo e sejam formuladas iniciativas conjuntas que levem em consideração as especificidades de cada país.

Tendo em vista, portanto, o potencial dos países do bloco em aumentarem o uso de energias renováveis e até mesmo liderar a corrida mundial pela transição energética, pode-se inferir que o BRICS, enquanto mecanismo internacional de cooperação, pode propiciar um maior alinhamento entre eles nas trocas de tecnologias e inovação, além de facilitar o estreitamento econômico dos países e beneficiá-los com investimentos, por meio do NBD ou por investimento estrangeiro direto. Desse modo, os países integrantes do BRICS podem utilizar esse espaço para alavancar a transição para energias limpas e renováveis nos países em desenvolvimento.

Cabe pontuar ainda que o Brasil tem muito a contribuir nessas discussões, tendo o potencial de liderar a construção de uma política de transição energética entre os países que integram o bloco. Destarte, existe neste setor uma oportunidade para que o país se projete no âmbito do BRICS e, também, internacionalmente como um líder na produção de energia renováveis.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

Aliança por Biocombustíveis reúne 19 países para produção sustentável. Agencia Brasil, 9 set. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-09/alianca-por-biocombustiveis-reune-19-paises-para-producao-sustentavel. Acesso em: 26 out. 2023.

BASKARANAND, G; CAHILL, B. Six New BRICS: Implications for Energy Trade. CSIS, 25 ago. 2023. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/six-new-brics-implications-energy-trade. Acesso em: 27 out. 2023.

Brasil gera 45% de energia renovável e lidera transição energética no Brics. IPEA, 3 ago. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/1941-brasil-gera-45-de-energia-renovavel-e-lidera-transicao-energetica-no-brics?highlight=WyJtdWRhblx1MDBlN2EiLCJjbGltXHUwMGUxdGljYSIsIm-11ZGFuXHUwMGU3YSBjbGltXHUwMGUxdGljYSJd . Acesso em: 26 out. 2023.

CHIAPPINI, G. O Brics+ e a corrida pela transição energética. EPBR, 28 ago. 2023. Disponível em: https://epbr.com.br/o-brics-e-a-corrida-pela-transicao-energetica/. Acesso em: 25 out. 2023.

Energy Statistics Data Browser. IEA, 21 dez. 2023. Disponível em: https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/energy-statistics-data-browser?country=WORLD&fuel=Energy%20supply&indicator=TESbySource. Acesso em: 16 mai. 2024.

SCHREIBER, Mariana. De vira-lata a aliança global no G20: biocombustível ganha força e deve gerar negócios para Brasil. BBC, 9 set. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg3ll7zre1go. Acesso em: 26 out. 2023

Investment in clean energy globally in 2019, by select country. Statista, jan. 2020. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/799098/global-clean-energy-investment-by-country/#:~:text=Chinese%20investment%20in%20clean%20energy,16.5%20billion%20U.S.%20dollars%2C%20respectively. Acesso em: 26 out. 2023.

Lítio no Mundo. Gov.br, 2023. Disponível em: https://www.sgb.gov.br/litio/nomundo.html. Acesso em: 27 out. 2023.

LOSEKANN, L;TAVARES, F. Política Energética no BRICS: Desafios da Transição Energética. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações:

Referências

Segurança Energética. MCTI, 14 ago. 2023. Disponível em: https://adaptabrasil.mcti.gov.br/detalhes-energia. Acesso em: 26 out. 2023.

TEIXEIRA, Cássio A. N. et al. Neutralidade de carbono: reflexões sobre estratégias e oportunidades para o Brasil. BNDES, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 267-314, dez. 2021.

The admission of new members to BRICS as a key point in Brazil's energy transition

Natália Grass

The BRICS group has announced the admission of its new members during its last Summit in Johannesburg, in August 2023. The entry of Saudi Arabia, Iran, Argentina, Egypt, Ethiopia, and the United Arab Emirates may be understood as an important event in the world order. Due to this event, it is possible to raise questions about different areas, such as environmental conservation and energy transition.

Another relevant fact to be analyzed is whether the current Brazilian president, Luis Inácio Lula da Silva, now in his third term, will meet the goals announced during his electoral campaign. It is worth mentioning that President Lula marked throughout his campaign his intention to strengthen Brazilian diplomacy and bring Brazil "back to the world", in addition to tackling a plethora of environmental issues. Lula has promised to focus on climate change, advancing the energy transition, meeting targets for reducing the emission of associated gasses to the greenhouse effect that the country assumed at the 2015 Climate Conference, defending the Amazon from devastation, and combating illegal deforestation. In addition, this analysis aims to understand how the Brazilian government may or may not benefit from the adhesion of new members to its energy transition.

Brazil's status in the energy sector

Brazil is one of the countries with the cleanest energy matrix in the world, with around 48% of its national production based on clean sources, especially hydroelectric, solar, wind, and biofuels (EPE, 2022). Furthermore, according to the Bases for the Consolidation of the Brazilian Hydrogen Strategy, produced by the Energy Research Company, 80% of its energy originates from renewable sources, which could enable the country's rise as a global hub for the export of renewable energy (Borges, 2022).

Furthermore, the country differs from other BRICS members, as it has an emissions "profile" directly linked to land use and forest deforestation (IPEA, 2021). Another relevant issue that differentiates Brazil in the energy sector is that it is the only member of the BRICS that has a relevant role in the production of biofuels and biomass in its matrix. The country has a large amount of carbon credits, but must create a national market that will depend on dialogue between the Executive and Legislative branches (Basso; Viola, 2022).

Moreover, Brazil has a high potential for advancement in the decarbonization of its industry, with the expansion of the share of wind and solar energy, in addition to ongoing incentives and regulations for the production of green hydrogen. For this to happen, planning, improvement of transmission lines and expansion of a smart grid will be necessary (Basso; Viola, 2022).

Finally, it is worth highlighting that the country needs to unlock processes and bills blocked in the Legislative Branch, such as Bill No. 4.516/2023, which determines the reduction of CO2 emissions in the aeronautical industry, through the use of Sustainable Aviation Fuel (SAF). As well as progress in the approval of Bill No. 2.308/2023, which includes green hydrogen and fuel hydrogen in the National Energy Policy. The regulation of these measures is essential for advancing Brazilian decarbonization, as well as a regulatory incentive for the production of these fuels.

With the advancement of laws and development of policies in the sector, there will be an expansion of the sustainable energy market that can be used as a cooperation tool. Brazil cooperates with several countries in the energy sector, such as Germany in green hydrogen, among others. The very event of new members joining the BRICS and the Presidency of the G20 by Brazil in 2024 indicates an important step in expanding dialogues, strengthening environmental diplomacy and Brazilian leadership.

Main challenges for the energy transition in BRICS

Johannesburg Declaration II, in addition to providing for the admission of new members to the group, also established precepts for a partnership of inclusive multilateralism. Energy, addressed in point 70 of the Declaration, is the most relevant for this analysis. On this occasion, the group prioritized cooperation in the biofuels, hydroelectric energy,

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

fossil fuels, nuclear and hydrogen energy produced on a zero and low emissions basis technologies and processes, as central to a just transition to flexible, resilient and sustainable energy systems. He also highlighted the need for research and technical cooperation within the scope of the BRICS Energy Research Cooperation Platform (JOHANNESBURG II DECLARATION, 2023).

Although the Declaration works as a guide, it is important to keep in mind that the energy transition is not simple, as it involves investments, social and political issues that differ greatly in each country. The group faces as its main challenge the geographic distance between its members, very divergent socioeconomic and legal models and a certain amount of competition among group members over influence in the energy market (IPEA, 2021). Taking this into consideration, the diplomatic misalignment between countries such as Saudi Arabia and Iran along with the risk of declining interest of cooperation in the sector, could make it possible to guide alternative cooperation processes, such as bilateral agreements or private sector partnerships.

For Basso and Viola (2022), the existing dynamics in the emissions and domestic politics of States, along with their performance in foreign policy, do not allow the BRICS to form a coalition in international climate policy. It is clear that with the accession of new members it will be necessary to reevaluate the policies that will be undertaken and assess the progress of global decarbonization as a whole, expanding research on the topic in order to identify the different initiatives and cooperation underway.

Challenges and opportunities in BRICS

Energy cooperation within the BRICS group manifests itself in two directions: multilateral and bilateral. The multilateral approach involves international issues such as compliance with environmental obligations and the joint development of energy technologies and policies. However, differences between countries, such as geography, development models and trade agreements, negatively affect this cooperation. Bilateral cooperation occurs mainly in trade and investment, highlighting the promotion of strategic partnerships and the diversification of energy sources (IPEA, 2021).

China stands out as an investor and leader in low-carbon

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

technologies, offering significant potential for technological cooperation, although it still uses mostly polluting sources. Russia, in turn, maintains robust trade relations with China in oil and gas, and seeks to expand its presence in India and Brazil. Brazil, in addition to being an energy supplier to China, stands out in bioenergy and seeks to expand its collaboration with other BRICS, especially South Africa. Cooperation in nuclear energy is also relevant, with Russia playing an important role.

Clean hydrogen appears as an opportunity for energy integration and cooperation in the BRICS. Countries such as China and Russia can provide technology, while Brazil, South Africa and India can become exporters of clean hydrogen, taking advantage of their renewable sources. A collaborative approach could complement national initiatives and unlock synergies in infrastructure development, making electricity an internationally traded commodity (Basso; Viola, 2022). International cooperation projects can maximize financing in technology and innovation, driving the advancement of the main hydrogen technological routes.

Conclusions

The admission of new members undoubtedly calls into question the group's concerns from 2024 onwards. But without a doubt, what was presented in Johannesburg Declaration II must be followed, in order to promote greater dialogue on the development of cooperation, whether bilateral or multilateral.

In this sense, Brazil, under the current government of President Luis Inácio Lula da Silva, has the role of acting as a leader, as usually does in Latin America, not only due to its advanced status in the production of renewable energy, but also due to its active and proud diplomacy. It is also important for Brazil and other members of the group to promote partnerships in international forums and leverage a sector that is fundamental to their respective national and energy security, in a sustainable and socially fair way.

The inclusion of new members in the BRICS group, announced during the Johannesburg Summit in August 2023, marks a significant milestone in the global order. This expansion prompts critical questions regarding environmental conservation and energy transition, particularly concerning Brazil's commitments under President Lula da Silva's leadership. Brazil, with its clean energy matrix and potential for renewable energy exports, stands uniquely positioned

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

within the BRICS, facing distinct challenges and opportunities in its energy transition journey.

However, navigating the complexities of multilateral cooperation, addressing diplomatic misalignments, and harnessing the potential of clean hydrogen cooperation are vital steps towards realizing a sustainable energy future within the BRICS framework. As Brazil assumes the G20 presidency in 2024, it holds a pivotal role in advancing environmental diplomacy and shaping the collective energy agenda. By leveraging its expertise in renewable energy and fostering international partnerships, Brazil can drive meaningful progress towards a more resilient and sustainable energy landscape within the BRICS and beyond.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

BASSO, L.; VIOLA, E. Para onde vão os BRICS na transição de baixo carbono?. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, [S. l.], n. 4, p. 128–158, 2022. Disponível em: https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/82 . Acesso em: 3 nov. 2023.

BBC. Hidrogênio verde: os 6 países que lideram a produção do 'combustível do futuro'. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-56604972 . Acesso em: 02 nov. 2023.

BEZERRA, Francisco. HIDROGÊNIO VERDE: NASCE UM GIGANTE NO SETOR DE ENERGIA. Caderno Setorial ETENE, 2021 [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1109/1/2021_CDS_212.pdf .

BORGES, Ana Caroline Fernandes. Hidrogênio verde: alternativa para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e contribuir com a transição energética. Universidade Estadual Paulista, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/238476.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Em declaração conjunta, líderes do BRICS anunciam a entrada de seis novos países, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 24 ago, 2023. Disponível em: Em declaração conjunta, líderes do BRICS anunciam a entrada de seis novos países — Planalto (www.gov.br). Acesso em: 02. nov. 2023

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. Bases para a Consolidação da Estratégia Brasileira de Hidrogênio. Nota Técnica, 2021. Rio de Janeiro. Disponível em: Hidrogênio_23Fev2021NT (2).pdf (epe.gov.br).

IPEA (2022). Política energética no BRICS: Desafios da transição energética. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasil. Disponível em|: Repositório do Conhecimento do Ipea: Transição energética e potencial de cooperação nos BRICS em energias renováveis e gás natural

IRENA. International Renewable Energy Agency. Hydrogen: A renewable energy perspective. IRENA, 2019. Disponível em: Hydrogen A renewable energy perspective (irena.org).

JOHANNESBURG II DECLARATION. BRICS and Africa: Partnership for Mutually Accelerated Growth, Sustainable Development and Inclusive Multilateralism, 2023. Gauteng, South Africa.

Referências

LARA, Daniela; RICHTER, Marc. Hidrogênio verde: a fonte de energia do futuro. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 26, n. 1, abr. 2023. ISSN 2179-7536. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/12746.

Etiópia e o BRICS: vantagens da adesão do país ao BRICS

Marina Morena Caires

A Etiópia é um país cercado por terra localizado no Chifre da África, região estratégica com rotas marítimas utilizadas para comércio com o Oriente Médio e a Ásia. A nação é a segunda mais populosa do continente (Worldometer, 2023) e a sétima maior economia baseada em dados de 2022 (Galal, 2023).

Com uma economia majoritariamente voltada para atividades agrícolas e mantém laços políticos, econômicos e militares com países do BRICS como China e Índia, além da África do Sul. Dessa maneira, essa análise busca investigar quais são os ganhos estratégicos da escolha da Etiópia para compor os BRICS, sob a ótica realista de power politics, especialmente pensando nos dois países componentes do bloco que se encontram fora do continente africano.

O poder econômico como política estatal

Para Edward H. Carr, um dos maiores escritores da corrente clássica da teoria realista nas relações internacionais, em uma das suas maiores obras, "Vinte anos de crise (1919 - 1939)", ele define algumas premissas básicas do que seria a política estatal e seus objetivos.

"A política é, em certo sentido, sempre política de poder", de acordo com Carr (2001, p. 135). Para o pensador, o Estado tem uma preocupação central com a manutenção e a expansão do seu poder, seja ele militar, econômico ou sobre opiniões, criando aqui o power politics. No âmbito econômico, esse poder pode ser usado como instrumento de duas formas: a) a exportação de capital e b) o controle de mercados estrangeiros (Carr, 2001). A primeira forma contaria com mecanismos como os investimentos em outros países, enquanto a segunda penetra em outras nações por meio por vezes de aproximação amigável ou forçada, que leva ao domínio de um comércio. Assim, criando controle sob as relações comerciais com outro

país, criando uma dependência dele em relação ao capital de outrem, o tornando vulnerável e influenciável.

Com isso em mente, tendo em vista que os BRICS são um dos mais poderosos grupos econômicos que desafiam as maiores potências, é evidente que, para prosseguir com seu crescimento e ganho de espaço no cenário internacional, as nações do bloco precisam buscar maneiras de aumentar o seu poder. Para expandir sua influência, uma das formas encontradas é por meio de relações econômicas com outros países, tornando-as mais fortes aproximando países estratégicos da sua política de poder, que é o que China e Índia buscam com a aprovação da entrada da Etiópia no bloco.

Etiópia: contexto histórico do país

A Etiópia é uma das nações mais antigas do mundo que hoje vê seu país marcado por guerras e crises humanitárias herdadas da colonização europeia e de conflitos do século passado, constituindo um Estado frágil e uma população desamparada.

Em 1969, o país finalmente conquistou sua independência depois de uma longa história de colonização desde o século XIX pelo Reino Unido, pela França e pela Itália. Durante a década de 60, foram geradas guerras e instabilidade no país, especificamente com alguns vizinhos como a Somália e a Eritreia (futuramente Erítrea), que compunham parte do território etíope.

Esses conflitos aproximaram o governo etíope de outras nações e potências, como a União Soviética, que passou a financiar o governo etíope em sua guerra e oferecer apoio militar ao país na década de 70 com a instituição de um governo comunista (Milkias, 2011). Anteriormente, o país também teve um histórico de apoio estadunidense em suas atividades militares. Grandes potências com poder militar e econômico já demonstraram, nessa época, interesse sobre a região e uma necessidade de exercer power politics na área do Chifre africano e da nação de maior influência na região estratégica de comércio com o Oriente.

Nos anos 90, a situação de conflito do país não melhorou. A nação, majoritariamente cristã há séculos, viu o crescimento de milícias islâmicas que ameaçam até hoje

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

a paz local e mantém o país em situação de conflito e calamidade.

A agricultura e o Estado

Durante os períodos da década de 60 e 70, o governo e o imperador não tomaram iniciativas econômicas e sociais suficientes para beneficiar o povo e manter sua lealdade, logo, o braço militar, essencial para o império nessa época, era também o poder coercitivo que mantinha o controle interno (Marcus, 1994). A economia do país também entrava em declínio na época devido a guerras como a de Israel com certos países árabes e a crise do petróleo, que prejudicou as exportações e aumentou a inflação do país agro-exportador (ibid.).

A agricultura é o pilar da economia etíope, sendo um dos grandes contribuidores da economia do país e do seu PIB desde sua independência. Ainda na última década do século XX, o governo criou várias políticas que prejudicaram a agricultura de diversos negócios familiares, levando a mais crise econômica e a uma massiva imigração não vista desde a 2ª Guerra Mundial (Adejumobi, 2006).

A influência da globalização e de ideias pós-modernas também começou a influenciar a política etíope, trazendo questões de direitos humanos e democracia, em um país fortemente dividido por questões étnicas (ibid.). A agricultura permanece um carro chefe do país, mas sofreu uma queda com o crescimento de outras atividades, no entanto, a indústria e o setor privado ainda não são significativos no país (Adejumobi, 2006). O café vem sendo há anos o principal produto exportado, seguido de outros alimentos e matérias-primas. Os governos mais recentes vêm focando em investimentos à agricultura e ao desenvolvimento desse mercado por meio do FMI e do Banco Mundial, além de investimentos de outros países como a China.

A nação permaneceu com relações complexas com seus vizinhos muçulmanos, perdendo seu acesso ao mar. Antiga província etíope, a atual Erítrea foi tomada por italianos, tendo Assab, uma região do Mar Vermelho, colonizada. Na metade do mesmo século os egípcios tomaram o porto de Massawa, deixando a Etiópia sem saída. Ela passou, então, a depender fortemente de Djibouti para exportar e importar (Milkias, 2011).

Atualmente o país sofre de grandes crises sociais,

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

econômicas e políticas. Além de conflitos militares, o povo morre de doenças e fome sob um governo instável e guiado por questões étnicas. Ainda sim, viu um dos crescimentos econômicos mais rápidos do mundo na década de 2010.

A projeção da Etiópia na África

O país tem um dos maiores potenciais de desenvolvimento enquanto ator no continente. Sua enorme população, histórico de crescimento econômico e participação política no continente colocam uma luz oportunista sobre a nação africana. A Etiópia já é ativo politica e economicamente em organizações como o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) e da União Africana (UA), para citar algumas, sendo um dos principais representantes do chifre da África.

A atual presidente do país, Sahle-Work Zewde, é diplomata de carreira e vem de um partido, a Frente Democrática Revolucionária Popular do Povo Etíope (EPRDF - sigla em inglês), que, desde sua ascensão em 1991, focou no investimento na agricultura. A EPRDF entende a importância política da agricultura dentro da Etiópia, que levou, em parte, à queda de regimes anteriores (Berhanu, Poulton, 2014).

A economia etíope também se destaca no continente. Por mais de quinze anos, até 2019, o país tinha uma das economias com crescimento mais rápido do mundo, com média de 9,5% por ano (ITA, 2022). Começando com um PIB de 8 bilhões de dólares no ano 2000, para alcançar 95 bilhões em 2019 e seguir crescendo na pandemia, terminando 2022 com 126 bilhões (The World Bank, s.d.). O investimento em infraestrutura e o crescimento pré-pandemia do setor de serviço, contribuíram, juntos, para esse desenvolvimento econômico. Além disso, na região do Chifre e do Mar Vermelho, o país tem um mercado significativo com a Somália e a Arábia Saudita, sendo o país africano seu maior importador em 2021 e o árabe o quinto (Wits, 2021). A relação do país com a Somália supostamente marca uma influência desse sob o Mar Vermelho e o Oceano Índico (Osman, 2023), ainda mais com a instabilidade política e social somali.

Dessa forma, pode-se imaginar que a Etiópia apresente uma possibilidade de desenvolvimento na África e de contínua participação na política da região continental, além de sua proximidade com uma área lucrativa no

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

comércio internacional. O potencial etíope de influenciar opiniões na região onde se localiza é nítido e, acoplado a seu crescimento econômico, torna o país um candidato interessante para outros países que desejam acesso sob outras partes do continente. A Etiópia pode ser um canal para que outras nações, por meio do uso do poder de influenciar opiniões e sob a economia do país, para adentrar outros cantos da África e exercer controle sob a região do Chifre.

O interesse de membros do BRICS no país

Seria natural imaginar que, um dos países mais interessados na adesão da Etiópia ao grupo seria a África do Sul devido a sua longa política externa voltada ao desenvolvimento africano. Desde o fim do regime do apartheid, em 1994, o país se voltou a cooperação sul-sul na sua política externa, liderada pelo presidente Nelson Mandela (Soulé-Kohndou, 2013). O país adentrou o BRICS com uma grande campanha de promoção, afirmando que buscavam promover o desenvolvimento e que seriam a "voz da África" e um centro de desenvolvimento do continente (ibid.). O país se apoiou nesse princípio de que estaria desenvolvendo os interesses da África, mas, na verdade, se vê a projeção da África do Sul e dos seus interesses. Com a entrada da Etiópia e a aproximação dos países em cooperação de desenvolvimento econômico, seria possível que a nação sul-africana começasse a exercer um poder de domínio sob a opinião etíope, a qual avançaria com seus discursos de desenvolvimento.

No entanto, em relação à Etiópia, a troca econômica entre os dois países não é tão relevante quando comparada com outras economias. Em 2021, a África do Sul exportou mais de 10 vezes mais o valor que importou da Etiópia, totalizando 130 milhões de dólares, tendo como principal produto o carvão, seguido de alguns bens manufaturados, enquanto importa produtos agrícolas (OEC, 2021). Mesmo assim, a África do Sul não chegou nem ao top 20 de países dos quais a Etiópia mais importou em 2021 (WITS, 2021). Dessa maneira, é possível pensar que a África do Sul não é o país que tem a maior capacidade de expandir seu poder sob parte do Norte da África. Ademais, seu discurso de desenvolvimento do continente já foi criticado por falta de ação prática que não beneficiasse outras nações pela própria União Africana, da qual a Etiópia faz parte, tornando a ideia do jogo de power politics sul-africano

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

mais improvável.

Outros países do bloco detém maior conexão com a nação e mais interesses políticos e econômicos. A China foi o país para o qual a Etiópia mais exportou em 2021 (WITS, 2021), além de ser o maior investidor do país em 2021, seguido de Árabia Saudita e Turquia (US Department of State, 2021). A potência asiática já investiu mais de 4 bilhões de dólares nas duas décadas do século XXI, com 400 construções e indústrias chinesas que contribuem para a iniciativa de Belt and Road (Sany; Sheehy, 2022). Essa é um projeto de política externa chinesa que busca construir e investir em infraestrutura que conectem a China com outras partes do mundo, facilitando trocas comerciais. Além disso, a Etiópia é o segundo país da África que mais recebe empréstimos da China, atrás somente da Angola, totalizando 14,1 bilhões de dólares, principalmente nas áreas de transporte, seguida por energia, desde o início do século (Boston University Global Development Policy Center, s.d.).

Para o país asiático, o interesse na Etiópia é por questões diplomáticas, econômicas e de segurança com um dos maiores atores do cenário africano, presente em organizações como a UA (Tesfaye, 2020). A China não busca somente recursos naturais na região, mas também por mercado e acesso a uma das nações mais estáveis da região estratégica de comércio no Chifre da África (ibid.). O primeiro país africano a sediar um evento do Fórum de Cooperação China-África em 2003 foi a Etiópia. Em 2023, o primeiro-ministro etíope, Abiy Ahmed, participou do terceiro Fórum Belt and Road para Cooperação Internacional e reafirmou a vontade etíope de trabalhar com a China (Africa News, 2023). Dessa forma, fica evidente a busca por expansão e manutenção do seu poder econômico sob o país, a China pratica tanto a exportação de capital, criando diversos investimentos e empréstimos na nação, quanto o controle sob o mercado dela, detendo a posição de maior parceiro comercial dela durante anos. O power politics chinês faz com que esse alcance a África para sua política do Belt and Road e também utilize a Etiópia para expandir seu poder sob a opinião, quando ela se transforma em um defensor e canal para o apoio de suas políticas no continente.

Já a Índia tem mais de 2000 anos de histórico de interação com a Etiópia. Existem diversos acordos diplomáticos voltados a investimentos e cooperação na área econômica, cultural, diplomática e na área da aviação (um dos destaques da Etiópia) que comprovam o interesse indiano. Mesmo sendo, dos anos 90 até os anos 2010, somente o

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

quarto país dos BRICS que mais investia na Etiópia (Adeniyi et al., 2015), atualmente ela está entre os três maiores investidores no país (US Departament of State, 2021). Ao lado da China, a Índia é uma das potências emergentes asiáticas que mais investe em setores como infraestrutura, incentivando seu setor privado a expandir seu negócio no continente (Cheru, Obi, 2010). Assim, fortalecendo seu poder econômico e sobre opinião, como o seu outro parceiro.

As relações das demais nações Rússia e Brasil não são tão significativas quanto a da China e Índia de forma econômica ou política. A Rússia tem um contato mais profundo quando pensamos a história e a existente troca comercial na área militar e de recursos como o petróleo, mas não é significativa na análise da Etiópia ou do país asiático

Conclusão

É evidente que o acolhimento da Etiópia no bloco econômico serve aos interesses de power politics de mais de um dos países do bloco, especificamente a China e a Índia. Apesar da proximidade continental e de cenários políticos da Etiópia e África do Sul, são os países asiáticos que se utilizam mais que os demais da exerção de poder econômico, em uma mostra de política de poder, sob a Etiópia para ganhos próprios.

O país é uma possível antro de desenvolvimento social, econômico e político, que tem uma projeção de vozes dentro do cenário político africano e de suas instituições. Para países como China e Índia, que cada vez mais inventem no continente, ter esse controle sob a segunda nação mais populosa traz diversos ganhos no jogo de manutenção de poder. As duas potências asiáticas também lutam entre si pelo cenário de poder sobre o continente africano. Além da China, a Índia é um dos maiores investidores das nações africanas e vem há anos tentando alcançar a China com suas parcerias e investimentos privados em áreas como a de infraestrutura.

Assim, além das óbvias possibilidades de influência política e econômica, a entrada da Etiópia pode significar uma tentativa indiana de aproximação com um país familiar à China, para competir com o controle da outra nação asiática sob ele e sob outros países.

Naturalmente, essa aproximação pode também ser benéfica a Etiópia, que agora ganha acesso a espaços no

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

cenário das potências emergentes e na própria projeção interna em seu continente. Resta saber se essa aproximação será realmente proveitosa para o desenvolvimento africano e para a projeção de poder da nação etíope.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

Ethiopia's prime minister holds talks with Chinese counterpart in Beijing. Africa News. 2023. Business. Disponível em: https://www.africanews.com/2023/10/16/ethiopias-prime-minister-holds-talks-with-chinese-counterpart-in-beijing/. Acesso em: 12 jan. 2024.

ADEJUMOBI, Saheed A. The history of Ethiopia. Westport: Greenwood Press, 2007.

ADENIYI, Oluwatosin et al. Ethiopia and the BRICS: An Assessment of Trade and Investment Flows. MPRA Paper, n. 107836, 2015.

BERHANU, Kassahun; POULTON, Colin. The Political Economy of Agricultural Extension Policy in Ethiopia: Economic Growth and Political Control. Development Policy Review, v. 32, n. s2, p. s197-s213, 2014. Disponível em: The Political Economy of Agricultural Extension Policy in Ethiopia: Economic Growth and Political Control - Berhanu - 2014 - Development Policy Review - Wiley Online Library. Acesso em: 25 de out. de 2023.

BONESH, Farzad Ramezani. Ethiopia's Membership Of BRICS: Consequences and Prospects. Silk Road Briefing. 6 de set. de 2023. Disponível em: Ethiopia's Membership Of BRICS: Consequences and Prospects - Silk Road Briefing. Acesso em: 25 de out. de 2023.

Chinese Loans to Africa Database. Boston University Development Policy Center. Disponível em: Chinese Loans to Africa Database (bu.edu). Acesso em: 12 de jan. de 2024.

CHERU, Fatu; Oby, Cyril (ed.). The rise of China and India in Africa: challenges, opportunities and critical interventions. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2010.

GALAL, Saifaddin. GDP of African countries 2022, by country. Statista. 22 set. 2023. Disponível em: Africa: GDP by country 2022 | Statista. Acesso em: 25 de out. de 2023.

International Trade Administration (ITA). Ethiopia - Country Commercial Guide. 21 de jul. de 2023. Disponível em: Ethiopia - Market Overview (trade.gov). Acesso em: 25 de out. de 2023.

MARCUS, Harols G. A History of Ethiopia. University of California Press, 1994.

MILKIAS, Paulos. Ethiopia. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC, 2011.

Observatory of Economic Complexity. Ethiopia. Disponível em: Ethiopia (ETH) Exports, Imports, and Trade Partners | The Observatory of Economic Complexity (oec.world). Acesso em: 12

Referências

de jan. 2024.

OSMAN, Ismail D. BRICS and Ethiopia: A New Frontier in Geopolitical Tug-of-War. Modern Diplomacy. 29 de ago. de 2023. Disponível em: BRICS and Ethiopia: A New Frontier in Geopolitical Tug-of-War - Modern Diplomacy. Acesso em: 25 de out. de 2023.

SANY, Joseph; Sheehy, Thomas P. Despite High Stakes in Ethiopia, China Sits on the Sidelines of Peace Efforts. United States Institute of Peace, 19 de jan. de 2022. Disponível em: Despite High Stakes in Ethiopia, China Sits on the Sidelines of Peace Efforts | United States Institute of Peace (usip.org). Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

SOULÉ-KOHNDOU, Folashadé. South Africa in the BRICS-Africa Relationship: Ambitions, challenges and Paradoxes. Afrique Contemporaine, v. 248, n. 4, p. 31 a 43, 2013.

TESFAYE, Aaron. China In Ethiopia: the long-term perspective. 1. ed. Albany: State University of New York Press, 2020.

The World Bank. GDP (current US$). Disponível em: GDP (current US$) | Data (worldbank.org). Acesso em: 12 de jan. de 2024.

U.S. Department of State. 2021 Investment Climate Statements: Ethiopia. Disponível em: Ethiopia - United States Department of State. Acesso em: 12 de jan. de 2024.

WORLD INTEGRATED SOLUTION (WITS). Ethiopia(excludes Eritrea) Trade Summary 2021 Data: Ethiopia(excludes Eritrea) exports, imports, tariff by year. Disponível em: Ethiopia(excludes Eritrea) Trade Summary | WITS Data (worldbank.org). Acesso em: 25 de out. de 2023.

WORLD INTEGRATED SOLUTION (WITS). Ethiopia (excludes Eritrea) trade balance, exports and imports by country 2021. Disponível em: https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/ETH/Year/2021/TradeFlow/EXPIMP/Partner/by-country . Acesso em: 25 de out. de 2023.

WORLDOMETER. African Countries by population (2023). Disponível em: African Countries by Population (2023) - Worldometer (worldometers.info). Acesso em: 25 de out. de 2023.

What's next for the Iran Nuclear Deal

Marco Octávio de Meneses

The Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA), or Iran Nuclear Deal, signed in 2015, was made to ensure that Iran would cease their uranium enrichment program in exchange for sanctions relief. Iran signed the deal with the United States of America (US), Russia, China and Germany, France and the UK (What..., 2022). Trump pulled away from the deal in 2018, after claiming it was 'too soft' on Iran, bringing back old sanctions, and adding new ones (Landler, 2018). After that, Iran could pursue their uranium enrichment program, claiming that it was for peaceful purposes. As of October 2023, Iran is still sanctioned by the US, EU and the United Nations (UN), though they have continued enriching uranium, and could, in a matter of months, produce enough for a nuclear weapon. 2002 UN Reports indicate that they had 70kg of 60% enriched uranium (Iran, 2022). To make a weapon, you need 20 kg of uranium at 90% enrichment, but once you can enrich uranium, it is a matter of time until you can enrich it to the point of a weapon. The estimated amount of time it would take for Iran to enrich enough uranium for one weapon is under a week (Iranwatch, 2023).

There are risks associated with nuclear proliferation. The most dangerous of which is nuclear terrorism: a terrorist group gaining access to a nuclear device and using it against civilians. Even though that risk is greatly exaggerated it still exists. But also, weak states may struggle to control their nuclear technology and scientists, or even transfer their knowledge allowing other actors to control nuclear weapons (Sidhu, 2008). A few tools have been used in attempting to stop Iran from gaining access to nuclear weapons, but currently, the best option is the JCPOA (Einhorn, 2022). That said, Iran's proliferation could bring more nuclear proliferation, as States like Saudi-Arabia may feel the need to balance against a large threat in the Region.

But the window of opportunity that would allow a return to the JCPOA is closing. The window consists of distance from elections, effectiveness of sanctions and costs of military action. As time passes, US presidential elections

come closer to happening, and this alters the costs of compromising on a deal. On top of that, the BRICS, a group of countries united , among other things, by their dislike of unilateral sanctions, play a critical role in the situation, allowing Iran to avert sanctions. Finally, the costs of US military action are going up: supporting Ukraine, while also transferring more resources to Asia (as are the main goals of US security policy), make war in the Middle-East less desirable (although a war may not be the only option), and domestically unpopular. That makes dealing with Iran's hedging strategy, meaning keeping a short breakout time while not having nukes, an extremely difficult task.

Nuclear Hedging

Over the years, Iran has inched closer and closer to nuclear weapons. It is assumed that Iranian foreign policy is largely influenced by seeking the survival of the regime. Iran has gone through many hurdles in seeking nuclear weapons, going so far as to enriching uranium up to 83%. If peaceful nuclear energy is your only goal, there is no need to go so far. But, as time goes by, it seems that nuclear weapons aren't seen as absolutely vital for regime survival, despite being extremely desirable. So, what is the role of nuclear weapons in Iranian strategy? Eisenstadt (2023) argues that Iran has a strategy of Nuclear Hedging. That means they seek latent deterrence, as in a dormant nuclear capability that can be tapped if need be. But, since the capability is not there, the costs are not there either, and the program can be exchanged for other foreign policy objectives, such as sanction relief. Simultaneously, they can enhance other power tools, such as maritime, drone and missile capabilities or strengthen proxies in Lebanon, Syria, Iraq, Yemen and Palestinian territories (Eisenstadt, 2023).

Following this logic, Iran has something to gain by not having Nuclear Weapons: they can exchange their program for something else, but with a short enough breakout time to produce nuclear weapons in a timely fashion. But they would need something valuable enough to make that trade, like the health of their economy, for example. That was the thinking behind the JCPOA. On the other hand, there is something to gain by having nuclear weapons. Nukes don't make or break a country, Ayatollah Khamenei has pointed out that the USSR still crumbled in 1991, and the US still lost the Vietnam war (Eisenstadt, 2023). They do add costs to attacking a country, because retaliation can be catastrophic. In other words, they buy a great deal of security. In that sense, Iran could increase their security by

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

deterring attacks from Israel or the US, for example.

Currently, few countries worry more about Iranian nuclear capabilities than the US and Israel, so it stands to reason that they would be willing to stop the persian nation's nuclear program. Anthony Blinken, the US secretary of State has said 'all options are on the table' if diplomacy doesn't work in persuading Iran (Secretary, 2023). What are those options? Sabotage (including cyber), airstrikes/ drone strikes, sanctions and invasion. Every single tool here is coercive. Eisenstadt suggests that the US should 'shape' Iran's policy options by adding costs to options undesirable to the US. But they rely on making the Iranian economy inviable or military action.

There are a few approaches one could take, but they stem from two 'roots': keep Iran hedging for as long as possible, as Eisenstadt suggests, or push for another deal as Einhorn argues. Attempting to renew the JCPOA has many limitations, the main provisions of the deal are set to expire by 2031 (Einhorn, 2022). In both approaches, the US would be 'kicking the can down the road', postponing a nuclear breakout, essentially. The other approach relies on force. In the next session, I outline the limitations of both strategies, arguing that the window of opportunity for the US is closing, and, even if they can coerce Iran into giving up the nuclear program, it would be too costly.

Discussing the two approaches

The first approach relies on stretching Iran's nuclear hedge by shaping policy options. I shall refer to this strategy as shaping. Force, or coercion, is the basis of this approach: economic sanctions, that exploit Iran's dependence on oil exports; and military force, through drone/airstrikes or ground deployment. The success of sanctions depends on the capacity to isolate Iran from the world economy. At this point, we have to discuss the impact of the BRICS expansion, because it gives Iran a degree of insulation from sanctions, benefiting from markets in China and Russia.

The BRICS are a group largely defined by their opposition to unilateral sanctions. Loans from the IMF or World Bank that demand domestic policy changes, for example, are not well liked by the group. Hence the reason for the New Development Bank, an institution that grants loans without the political conditions demanded by western banks. Some analysts posit that the BRICS are more likely to offer small alternatives to the US-led financial system than to radically

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

replace it. Currently, the group benefits from a global south that wants a larger say in world affairs, and members currently at odds with the West (Adler, 2023). Undoubtedly, it will be hard to build consensus in such a diverse group.

But, there is a stated goal of reducing vulnerabilities to western sanctions. So, looking at the fact that China is buying more and more oil from Iran in the past few months, reaching 1.5 million barrels per day in September (Xu, 2023), and with Iran also supplying Russia with drones and ammunitions for the war in Ukraine (Ziomecki, 2023), there already seems to be a level of sanction-aversion. That is occuring right now, if this sanction dodging continues, as is evidenced by the BRICS expansion, and Iran's economy continues to diversify, imposing economic isolation will be essentially impossible. If that comes to pass, there are no economic means to make Iran give up the nuclear program, the islamic republic is still disconnected from the SWIFT payment system to this day. It appears that there is no way to coerce Iran economically, especially now they have BRICS countries to lean on. However, there are other tools, military ones.

The costs of military action can vary, as can the benefits. An air strike/drone strike on uranium enrichment facilities can buy a few years, 10 at most. But that can escalate, Iran can impose costs on the US by utilizing proxies against US allies in the Middle-East, for example. And that would show revisionism by the US against the order they themselves try to protect (Einstadt, 2023). If they go further, with a ground invasion, for example, it would hurt the larger strategy of containing China. That would be even worse, creating a balancing movement against the threat of US coercive action, as is argued by Walt (1985). Even if the US utilized their military advantage to eliminate Iran's nuclear ambitions, it probably wouldn't be worth it in the big picture.

So, the use of force isn't advisable, and the window of opportunity is fading, if not already gone. What remains is trying to return to the deal. Inevitably, that would require some level of compromise. There were attempts to revive the deal in 2022, but it fell through when Iran demanded that the IRGC be removed from the FBI's terrorist group list. The US did not budge, and refused the demand (Ward, 2022). To understand why there can't be compromise, we must look at US domestic politics. It is exceedingly tough for Biden to incur Foreign Policy losses. There is a bipartisan consensus on opposing the Iran deal. Many republicans criticized the deal and supported Trump when he unilaterally p pulled out, democrats oppose alleviating economic conditions for

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

those who fund terrorism (Congress, 2022). In a polarized political climate, with elections approaching, the cost of compromise only goes up. Essentially, the window is also closing, but these costs don't involve throwing away billions in a military operation, or weaken the US-lead international order.

Conclusions

No matter which way you cut it, the window for stopping nuclear proliferation is closing. All things considered, it would be better if proliferation could be stopped by peaceful means. However, it may be the case that some opportunity may come up that allows the US to make a deal similar to the JCPOA, that is, economic well-being in exchange for giving the nuclear project. But that is unlikely. The most likely scenario, going forward, is that there are no guarantees against Nuclear proliferation, especially if Russia and China have no problem with a nuclear armed Iran.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

ADLER, Nils. Can BRICS create a new world order?. Al Jazeera. Disponível em: https://www.aljazeera.com/features/2023/8/22/can-brics-create-a-new-world-order. Acesso em: 12 jan. 2024.

Congress fires its first warning shot on Biden's Iran deal. POLITICO. Disponível em: https://www.politico.com/news/2022/05/05/congress-warning-biden-iran-deal-00030448. Acesso em: 27 out. 2023.

EISENSTADT, Michael. Iran's nuclear hedging strategy: shaping the Islamic Republic's proliferation calculus. Lanham: Rowman & Littlefield, 2023.

Iran has enough enriched uranium to build "several" nuclear weapons, UN says. PBS NewsHour. Disponível em: https://www.pbs.org/newshour/world/iran-could-build-several-nuclear-weapons-un-says. Acesso em: 27 out. 2023.

Iran's Nuclear Timetable: The Weapon Potential | Iran Watch. Disponível em: https://www.iranwatch.org/our-publications/articles-reports/irans-nuclear-timetable-weapon-potential. Acesso em: 12 jan. 2024.

LANDLER, Mark. Trump Abandons Iran Nuclear Deal He Long Scorned. The New York Times, 2018. Disponível em: https://www.nytimes.com/2018/05/08/world/middleeast/trump-iran-nuclear-deal.html. Acesso em: 27 out. 2023.

Secretary Antony J. Blinken at the 2023 American Israel Public Affairs Committee Policy Summit. Disponível em: https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-at-the-2023-american-israel-public-affairs-committee-policy-summit/. Acesso em: 28 out. 2023.

Sidhu, proliferation,. In: WILLIAMS, Paul D. (Org.). Security studies: an introduction. London ; New York: Routledge, 2008.

Walt, Stephen M. "Alliance Formation and the Balance of World Power". International Security 9, no 4 (1985): 3.

WARD, Alexander. Biden made final decision to keep Iran's IRGC on terrorist list. POLITICO. Disponível em: https://www.politico.com/news/2022/05/24/biden-final-decision-iran-revolutionary-guard-terrorist-00034789. Acesso em: 7 nov. 2023.

What Is the Iran Nuclear Deal? Council on Foreign Relations. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/what-iran-nuclear-deal. Acesso em: 27 out. 2023.

Referências

XU, Muyu. China's "teapot" refiners mop up swelling Iranian crude, defying U.S. curbs. Reuters, 2023. Disponível em: https://www.reuters.com/business/energy/chinas-teapot-refiners-mop-up-swelling-iranian-crude-defying-us-curbs-2023-09-14. Acesso em: 29 out. 2023.

ZIOMECKI, Mariusz. The problem-ridden development of a Russia-Iran axis. Disponível em: https://www.gisreportsonline.com/r/russia-iran-axi/. Acesso em: 29 out. 2023.

O BRICS, o Brasil e a Economia Nacional

João Paulo Urbano

Após a entrada de novos membros no BRICS, a atuação brasileira no bloco voltou a ser motivo de atenção por parte da mídia nacional e da sociedade brasileira (BRASIL,2023). Depois de 4 anos de uma política externa desastrosa sob a presidência de Jair Bolsonaro, a retomada de uma política externa mais consequente, aliada a iniciativas concretas de cooperação internacional e de integração, comandadas pelo novo governo Lula, parece, à primeira vista, bastante promissora (PAIXÃO, 2023). Nesse contexto, a expansão do BRICS aparece como uma grande oportunidade, caso aproveitada, para ampliação de crédito barato, transferência tecnológica e um reforço para as relações Sul-Sul, com interlocuções intergovernamentais facilitadas, além da possibilidade da manutenção de um alinhamento geopolítico num cenário estrategicamente interessante para o país.

Seriam, de fato, possibilidades animadoras para o cenário brasileiro se excluíssemos da análise os caminhos políticos e econômicos que historicamente a política externa do país tem seguido, uma vez que a diplomacia brasileira atua de forma determinante para a consolidação e manutenção da inserção dependente do país no sistema capitalista internacional (CERVO; BUENO, 2011). Longe de apresentar uma ruptura concreta, o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva parece seguir essa tendência sem maiores alterações. As escolhas políticas e econômicas do Brasil diante das oportunidades oferecidas pelos BRICS, incapazes de buscar superar essas relações de dependência, as reforçam e, portanto, corroboram em larga escala na manutenção de uma economia subdesenvolvida e dependente. Dessa forma, essa análise buscará compreender como a atuação do Brasil diante do BRICS funciona como um reforço da inserção dependente do país e como as perdas de oportunidades para superar ou até mesmo amenizar essa dinâmica impactam substancialmente o potencial emergente da economia brasileira.

As iniciativas brasileiras no BRICS e os limites econômicos

O principal objetivo do BRICS é promover a cooperação econômica entre os países emergentes visando o desenvolvimento nacional e o fortalecimento das relações Sul-Sul. Acordos como o "Acordo Mestre de Extensão de Crédito em Moeda Local" buscam reduzir a dependência financeira do dólar e impulsionar a conversibilidade das moedas do bloco entre os países membros (GONZÁLES, 2015). A própria criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), em 2014, demonstra o interesse do BRICS em buscar alternativas aos investimentos ligados ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, evitando assim empréstimos desequilibrados e a evasão de divisas, resultados das imposições neoliberais praticadas por essas organizações. O NBD atualmente se encontra exercendo seu plano de tornar-se líder no "fornecimento de soluções de desenvolvimento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para os países do sul global" (BARROS, 2023).

Fica claro, portanto, que o Banco do BRICS seria uma ótima oportunidade para o Brasil buscar empréstimos visando à complexificação de sua estrutura produtiva e à redução de desigualdades, em suma, trabalhar pelo seu desenvolvimento. É interessante, a partir dessa perspectiva, analisar quais foram os maiores empréstimos brasileiros aprovados pelo NDB e, portanto, quais foram os resultados e os impactos sociais e econômicos desses projetos

Dos três primeiros, dois foram realizados no contexto da pandemia mundial de COVID-19. O primeiro desembolsou US$1 bilhão em 2020, destinado a auxílios emergenciais para a população e à promoção de medidas de distanciamento social. Esses auxílios foram de grande importância para a subsistência da população de baixa renda, a mais afetada economicamente e sanitariamente pela epidemia. No entanto, o conjunto de medidas tomadas pelo governo à época foi mais do que insuficiente para evitar a crise econômica e impedir a catástrofe sanitária. O desemprego atingiu uma alta histórica e acentuou-se o cenário de desigualdade social. O PIB brasileiro teve um crescimento menor do que o de outros 96 países, revelando que apenas a pandemia não explica sozinha a situação econômica do Brasil. Esse cenário decorreu das medidas tomadas pelo presidente da época, Jair Bolsonaro, que guiou o país na contramão das recomendações mínimas da OMS, adotando uma postura negacionista, o que resultou em

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

um número extremamente elevado de mortes (GUEDES, 2021).

No âmbito mais geral do BRICS, poderia ter havido cooperações técnicas entre os membros, transferências de tecnologia para a área de saúde, ou até mesmo a elaboração de um plano em conjunto para reforçar o combate ao COVID-19. Nada disso ocorreu, não só pela postura negacionista do governo, mas também pelo discurso anti-China sustentado por Bolsonaro. A China, que lidou exemplarmente com a pandemia, foi posta de lado por um discurso fortemente ideológico. No saldo final, o maior empréstimo do Brasil no NDB serviu apenas como um paliativo frente à grave crise que se instaurou, e as oportunidades de cooperação que o BRICS oferecia foram desperdiçadas.

Seguindo nos empréstimos do NBD, o terceiro maior investimento brasileiro refere-se a um projeto visando a expansão e eficiência do Saneamento no Estado de Pernambuco (BARROS, 2023). Segundo dados do projeto correspondente, Pernambuco é a unidade federativa do país com a menor disponibilidade per capita de água (NEW DEVELOPMENT BANK, 2023) e o projeto tem como objetivo viabilizar a expansão da distribuição de água em obras conduzidas pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). No âmbito das desestatizações das empresas públicas, a Companhia Pernambucana de Saneamento Básico (COMPESA), sob o bojo do atual Plano de Aceleramento Econômico do governo Lula, está em um processo avançado de privatização (MELO,2023). Uma vez concluído esse processo, o saneamento básico de Pernambuco passaria para o controle de uma empresa privada que expandiria sua área de atuação com financiamento prévio do Estado. A empresa não teria gastos no projeto e apenas lucraria em cima do financiamento público. Parece ilógico que um investimento desse porte, que irá aumentar consideravelmente a área de atuação de uma companhia estratégica, seja entregue nas mãos da iniciativa privada após a conclusão desse projeto. O Estado arcaria com todo o custo do investimento, e o lucro iria para a empresa compradora. Além disso, seguindo a mesma lógica de funcionamento das privatizações, em que as empresas privadas visam o máximo de lucro em detrimento de uma boa qualidade no serviço, é de se esperar que o custo da água aumente e que a população venha a arcar com esse prejuízo em um cenário de aprofundamento da desigualdade social. Dessa forma, o terceiro maior projeto do Brasil no NDB seria entregue nos próximos anos para a iniciativa privada. Na prática, uma

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

oportunidade de reduzir as desigualdades sociais do país opera de forma a reforçar o subdesenvolvimento nacional.

O teto de gastos e a estagnação econômica

Se, por um lado, a política externa frente ao BRICS se revela ineficaz no que diz respeito ao melhor aproveitamento para o desenvolvimento social e econômico do país, por outro lado, no plano nacional, o novo teto de gastos impede ainda mais que quaisquer oportunidades sejam sequer almejadas. O novo governo Lula, descumprindo a promessa de campanha (reafirmada no discurso de posse) de que acabaria com o teto de gastos vigente, introduziu um novo marco fiscal (CNN, 2023), que na prática, é apenas um novo teto de gastos. Dessa vez, a nova regra fiscal é mais sustentável, prevê punições em caso de descumprimentos e, portanto, torna-se mais robusta que o teto anterior. O novo marco fiscal limita o gasto público e parte da premissa de que as contas públicas precisam ser superavitárias. Na prática, Haddad segue a cartilha de responsabilidade fiscal imposta, em maior ou menor medida, nos governos de Temer e Bolsonaro. Tal premissa é contrária à possibilidade de desenvolver a economia nacional por meio dos gastos estatais e limita institucionalmente como esse gasto deve ser feito. De acordo com Cunha e Miebach, nessa nova regra fiscal, "o teto prevê limitar o crescimento das despesas a 70% da expansão das receitas nos doze meses anteriores, fixando, também, uma banda de flutuação para as variações no gasto: um piso de + 0,6% e um teto de +2.5%" (CUNHA; MIEBACH, 2023). O novo teto de Haddad funcionará como uma verdadeira camisa de força da austeridade para a economia nacional. Se esse mesmo teto tivesse sido implantado nos primeiros governos Lula e no primeiro governo Dilma, teria gerado uma perda de em média R$155 bilhões por ano (CUNHA; MIEBACH, 2023). Apenas a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sofreu um bloqueio de R$116 milhões neste ano de 2023, afetando diretamente a bolsa de estudantes das universidades públicas (AGÊNCIA BRASIL,2023).

A partir desse contexto, é difícil imaginar como o Brasil conseguiria aproveitar as potencialidades que o BRICS tem para oferecer. Prova disso, é como ainda no governo Bolsonaro, Paulo Guedes, Ministro da Economia, já anunciava a impossibilidade do pagamento da dívida bilionária com o NBD devido ao teto de gastos vigente na

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

época. Em caso de não pagamento, o Brasil corria o risco de perder o direito a voto no banco, além de perder a oportunidade de novos empréstimos (FERNANDES, 2023).

Além dos empréstimos, o Brasil teria excelentes oportunidades de transferências tecnológicas visando o crescimento do seu parque industrial e desenvolvimento econômico ao explorar o potencial de suas relações com outros membros do BRICS. A China, hoje, por exemplo, desponta na tecnologia de trens de alta velocidade e, de acordo com relatório desenvolvido pelo Banco Mundial em 2019, a quilometragem ferroviária de alta velocidade chinesa ultrapassa a quilometragem do resto do mundo somada (BRASIL 2 CHINA, 2022). O Brasil, que possui uma grande carência em sua rede ferroviária, poderia se beneficiar de acordos traçados internamente ao BRICS e, assim como a Rússia já fez, estabelecer acordos para a transferência de tecnologia visando a promoção de ferrovias em seu próprio território, gerando milhares de empregos e aumento de renda nas comunidades locais (BRASIL 2 CHINA, 2022). Diante da precarização do sistema ferroviário brasileiro, um projeto que reunisse a China e o Brasil para a ampliação do setor ferroviário do país, é inviabilizado uma vez que com o teto de gastos qualquer projeto desse porte seria completamente inviável.

Outro setor de extrema importância para as economias emergentes é o crescente setor de semicondutores, isto é, a indústria de microchips. Atualmente, a China e os Estados Unidos atravessam uma "guerra" comercial na disputa pelo domínio desse setor. Com as novas restrições impostas pelos estadunidenses às importações chinesas de chips, a soberania chinesa na fabricação doméstica dessa tecnologia se tornou uma prioridade para o país nos próximos anos (GOLDMAN, 2020). O investimento da China no setor de semicondutores está na casa dos US$140 bilhões. Ainda nesse cenário, a Índia anunciou investimento de US$30 bilhões, acompanhada da Rússia, com um investimento de US$38 bilhões. Dos atuais países membros do BRICS, apenas o Brasil e a África do Sul não anunciaram, até o momento, alguma pretensão de investimento[1]. O Brasil possui a única fabricante de chips da América Latina, a CEITEC (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada) que está em processo de liquidação. A fabricante está correndo o risco de ser desativada, uma vez que recebe cada vez menos orçamento do governo federal, seus funcionários são exonerados e suas operações paralisadas (MENDES, 2023). O Brasil indo de contramão a tendência dos países dos BRICS, ignora a possibilidade de se firmar como um produtor de semicondutores

1. ACCEITEC. "Quase 1 mês depois de ter prorrogado mais uma vez a liquidação da #CEITEC, a previsão orçamentária do MCTI para a #CEITEC em 2024 é menor que a apresentada no PLOA de 2023, o que torna bem difícil reativar as atividades da empresa. Isso mostra que o Brasil ainda não está dando a correta relevância ao setor de semicondutores, comportamento oposto ao dos BRICS. Por exemplo Índia US$ 30 Bi, Rússia US$ 38 Bi e China US$ 140 Bi. Apenas Brasil e África do Sul ainda não anunciaram quanto pretendem investir. A inércia em retirar a #CEITEC da liquidação está em contradição também com as diversas manifestações dadas pelo governo desde o início do ano (A própria ministra do MCTI, Luciana Santos, declarou no seu discurso de posse que a decisão de liquidação da #CEITEC seria revertida e que essa questão seria uma das prioridades da pasta), contudo nem a antiga gestão ainda foi substituída. A permanência no estado de liquidação impede investimentos, prospecção de mercado e novas contratações. É necessário sair imediatamente da liquidação para colocar a empresa no rumo. A #ACCEITEC tem trabalhado muito e colaborado para traçar rotas robustas que sustentem as atividades da empresa durante sua retomada, porém não lhe é permitido participar das discussões e (continua)

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

apresentar diretamente ao governo os estudos que ela mesma elabora. O Brasil necessita de inserção no mercado de semicondutores, não para competir com os grandes players internacionais, mas como parte de uma nova política de industrialização do país, para que possamos desenvolver o parque tecnológico brasileiro". 01 de Setembro de 2023. Twitter: @acceitec. Acesso em dia 24 de Outubro de 2023.

estrategicamente posicionado no continente e perde a possibilidade de conquistar sua soberania tecnológica em um mercado altamente disputado. Novamente, o investimento nessa área é completamente impedido pelo teto de gastos, e mais uma oportunidade é sacrificada em nome das contas públicas.

A derrocada final

Tais fatos revelam a incapacidade econômica do Brasil de prover seu próprio desenvolvimento e demonstram a continuidade histórica da dependência econômica nacional. Mesmo em um cenário propício para propor novas iniciativas junto ao BRICS, o que se vê é um mar de oportunidades perdidas e mal aproveitadas ao lado do aprofundamento da estagnação econômica e da manutenção da posição periférica que o país ocupa.

O cenário brasileiro é de todo desanimador. As direções econômicas do país apontam para uma estagnação profunda e a continuidade da manutenção da dependência política e econômica. O BRICS oferece oportunidades que, se devidamente aproveitadas, poderiam proporcionar para o país um cenário mais favorável de impulso econômico. Na prática, essas oportunidades não são devidamente utilizadas e têm se mostrado insuficientes para alcançar os objetivos propostos pelo próprio grupo. A realidade tem mostrado o aprofundamento de relações desiguais com os países desenvolvidos. A China, que é o maior parceiro comercial do Brasil, possui uma típica relação centro-periferia com o país. Enquanto a China importa produtos primários oriundo do setor agro-exportador, o Brasil importa os produtos manufaturados chineses (GARCIA, 2023) . Essa relação não está em vias de ser alterada.

Atualmente, o Brasil passa por um processo de crescimento do setor primário em relação ao setor industrial no total do PIB do país. Essa manutenção das dinâmicas produtivas mina a soberania brasileira e entrega os rumos da economia nacional aos interesses contrários ao desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades sociais. Com a expansão dos países membros do BRICS, é de se esperar que a única oportunidade a ser aproveitada pelo Brasil seja a oportunidade de continuar vendendo para os antigos e novos membros, seu petróleo, seu ferro, sua carne e sua soja.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Capes tem bloqueio de R$ 116 milhões; organizações estão preocupadas. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-10/capes-tem-bloqueio-de-r-116-milhoes-organizacoes-estao-preocupadas >. Acesso em: 24 out. 2023.

BARROS, Renan Santos de. New Development Bank: o Banco do BRICS tem gerado resultados concretos para o Brasil?. 2023. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35121 Acesso em 24 out. 2023

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Aumento da economia dos BRICS na economia mundial é tema de debate na Innovation Week. Publicado em 04, out. 2023, 14:40. Acesso em : 24 out. 2023.

BRASIL 2 CHINA. China lidera desenvolvimento ferroviário de alta velocidade no mundo. Disponível em: < https://china2brazil.com.br/china-lidera-trem-de-alta-velocidade/ >. Acesso em: 24 out. 2023.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: EdUnB, 2011 (4ª Edição).

CNN. Lula chama Teto de Gastos de estupidez em discurso de posse: "Vamos revogar". Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-chama-teto-de-gastos-de-estupidez-em-discurso-de-posse-vamos-revogar/ >. Acesso em: 24 out. 2023.

CUNHA, André Moreira & MIEBACH, Alessandro Donadio. O teto de gastos de Haddad e a armadilha da estagnação. Sul21, 2023. Disponível em: https://sul21.com.br/opiniao/2023/04/o-teto-de-gastos-de-haddad-e-a-armadilha-da-estagnacao-por-andre-moreira-cunha-e-alessandro-donadio-miebach/ Acesso em: 24, out. 2023

FERNANDES, Adriana. Não é só banco do Brics: Brasil deixa de pagar R$ 2,5 bi a órgãos multilaterais. CNN, 07 de Janeiro de 2021 Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/economia/pais-deve-r-2-5-bi-a-orgaos-multilaterais/ >. Acesso em: 24 out. 2023.

GARCIA, Ana Saggioro. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. Revista Tempo do Mundo, [S.L.], n. 22, p. 149-174, 18 jun. 2020. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada - IPEA. http://dx.doi.org/10.38116/rtm22art7. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/240 . Acesso em: 01 abr.

Referências

2023.

GOLDMAN, D. P. Huawei sanctions will destroy US chip industry. Asia Times. 04 de Setembro de 2020. Disponível em: < https://asiatimes.com/2020/09/huawei-sanctions-will-destroy-us-chip-industry />. Acesso em: 24 out. 2023.

GONZÁLEZ, Carol Triana. La creación del nuevo banco de desarrollo de los BRICS. Desafíos y potencialidades. Revista Cubana de Economía Internacional, Cuba, Nº2, p. 61-72, jun, 2015.

GUEDES, Octavio. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. G1. São Paulo, 24 de Abril, 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml >. Acesso em: 24, out. 2023.

HOLANDA, Marianna. Lula tira Correios, EBC e outras empresas do programa de privatização. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 de Aril de 2013. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/lula-tira-correios-ebc-e-outras-empresas-do-programa-de-privatizacao.shtml#:~:text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula >. Acesso em: 24 out. 2023.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. A questão social no projeto do BRICS. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 23, n. 7, p. 2133-2146, jul. 2018. FapUNIFESP(SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.09072018 . Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2018.v23n7/2133-2146/ . Acesso em: 24, out. 2023.

MELO, J. Raquel Lyra faz contratação de projeto ao BNDES visando "privatização" da Compesa. Jornal do Comércio, Recife, 2023. Disponível em: < https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/08/15572107-raquel-lyra-faz-contratacao-de-projeto-ao-bndes-visando-privatizacao-da-compesa.html >. Acesso em: 24 out. 2023.

MENDES, L. Única fabricante de chips da América Latina, Ceitec está perto da extinção. 2021. Poder 360. 18 de Junho de 2021. Disponível em: < https://www.poder360.com.br/governo/unica-fabricante-de-chips-da-america-latina-ceitec-esta-perto-da-extincao/ >. Acesso em: 24 out. 2023.

Referências

PAIXÃO, Mayara. Cem dias do Itamaraty sob Lula têm reconstrução de pontes e prioridades errantes. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de Abril de 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/04/cem-dias-do-itamaraty-sob-lula-tem-reconstrucao-de-pontes-e-prioridades-errantes.shtml Acesso em: 24 out. 2023.

The Dollar overthrown: how the BRICS+ interfere in the global financial system

João Gabriel Oliveira Luz

The Global North's immediate reaction to the Russian invasion in Ukraine is a perfect example of the West's control over the world economy. Just two days before the full invasion on February 24th, the United Kingdom and the United States had already frozen assets of numerous Russian banks, followed by the European Union, Japan, Australia, Canada, New Zealand and, notably, Poland and Thailand on the day of the invasion. Quickly, almost 70% of Russian banking system assets were under sanctions (EU, 2023). Other than the geopolitical consequences of this act, the financial response has raised debate on the level of the western's control of the global market by means of the "weaponization of the dollar", and the BRICS have become crucial players on the way out of the western financial hegemony.

In the globalized world, international trade is the most expressive way to carry out relations between countries, and it's reasonable to think that world powers can not thrive without maintaining good economic relations with big western powers. However, the BRICS expansion signals an advance towards a more dynamic economy that will slowly drift away from the US dollar, in a process called de-dollarization. How would the BRICS+ take part in this?

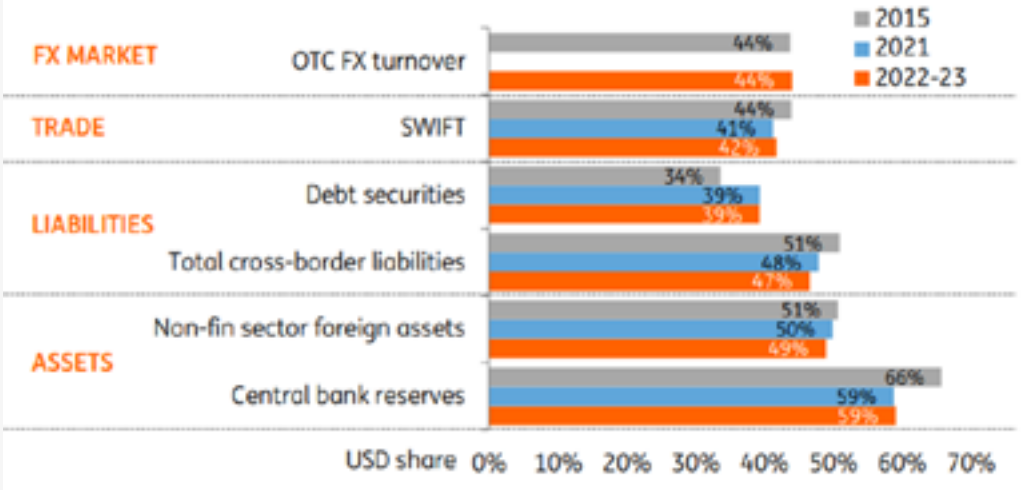
The role of the BRICS+ on de-dollarization

First, the idea of a common currency, like the Euro is for the European Union, is out of the question for the short to the medium term. According to the governor of the South African Reserve Bank, Lesetja Kganyago, the biggest barriers to a "BRICS currency" include the lack of a strong central bank that possesses power to take disciplinary action against countries that do not match their obligations, not to mention divergence of fiscal policies and macroeconomic levels among the BRICS members, such as different inflation rates (REUTERS, 2023). The last meeting held in August 2023,

did have some discussion on the topic, but the countries are taking concrete steps towards trade made with national currencies. Now, the addition of six new members represents a faster and more feasible approach to commercial and financial systems alternative to the dollar. Before diving into the meaning of this, it is necessary to understand the role of international currencies.

Dollar dominance has been established in three key areas: i) trade and commerce; ii) assets or value reserves; and iii) liability (ING, 2023).

Image 1: De-dollarisation from 2015 to the last couple of years



Source: ING, 2023

This graph shows how the Dollar has indeed lost some space to other currencies from 2015 to the last couple of years, but nothing meaningful enough to say that it is being threatened. In every three of these aspects, the Dollar dominance has maintained solid grounds since the last decade until now. Trade and commerce made via the SWIFT system are still hugely dependent on dollars (more than 40% of it); central banks and other financial institutions around the globe still hold USD as the primary store of wealth; and the currency is still credited as the most liable asset in the financial system today.

To tackle this reality, China is heavily promoting the use of its national currency by establishing agreements with central banks in Chinese yuan renminbi (CNY); this has increased international reserves in the Chinese currency from almost 0% to 2.6% in 2022. Moreover, aside from increasing the participation of CNY in the SWIFT system to a unprecedented

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

2.3%, China is also backing the establishment of its own payment system alternative to SWIFT, the China Interbank Payment System (CIPS), which already has more than 90 partners (ING, 2023). It is interesting to notice that Russia has been trying to mitigate its isolation by serving as a notable CNY offshore deposit. Since the war on Ukraine began, the Russian exports made with CNY rose from near 0 to 16% in December 2022 (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023). Also, there is data showing that CNY is being used as a mean of transaction to countries that have different local currencies: Indian refiners using the Chinese currency to buy Russian oil (REUTERS, 2023) and the Russian government issuing dividends payment from the Sakhalin oil and gas project in CNY (NIKKEI ASIA, 2023).

Even though the Chinese are leading the BRICS+ on this trend of de-dollarization, as of March 2022, the SWIFT system had ten times the participants of CIPS and represented 40 times the international transactions, keeping it as the paradigmatic financial route. This graphic from the IMF shows the shares of the various currencies around the world, and how the Dollar reserve has suffered minor changes since the war on Ukraine started.

Image 2: World Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves

	2023Q1	2023Q2	2023Q3
Total Foreign Exchange Reserves	12.029.034,23	12.063.170,96	11.901.533,
Allocated Reserves	11.151.508,59	11.176.115,48	10.981.259,
Unallocated Reserves	877.525,64	887.055,48	920.274,3
Shares of Allocated Reserves	92,70	92,65	92,2
Shares of U.S. dollars	59,46	59,43	59,1
Shares of euro	19,61	19,75	19,58
Shares of Chinese renminbi	2,57	2,44	2,3
Shares of Japanese yen	5,43	5,34	5,4
Shares of pounds sterling	4,78	4,77	4,8
Shares of Australian dollars	1,99	1,97	2,0
Shares of Canadian dollars	2,43	2,49	2,5
Shares of Swiss francs	0,25	0,19	0,1
Shares of other currencies	3,49	3,61	3,8
Shares of Unallocated Reserves	7,30	7,35	7,7

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Source: IMF, 2023.

A glimpse on two wildcards added to the bloc

Additionally, it is valid to notice the role of the new members in this latest configuration of players, focusing primarily on Saudi Arabia. With roughly 17% of the world's crude oil exports, this addition, alongside the UAE and Iran, amount for almost 42% of the global oil output. Nonetheless, the Saudi currency, the Ryial, is pegged to the USD since the 1980s at the ratio of SAR 3.75/USD, which leaves uncertain speculation on whether they are willing to de-dollarize their economy.

Secondarily, Iran also has shown to be an important player in the scenario of de-dollarization. The Iranian state has been under constant sanction by the U.S. - (related to U.S. citizens detentions and attacks against human rights -) and by the European Union - (related to restrictive measures under the Joint Comprehensive Plan of Action against nuclear weapons -), which effectively redirect their commercial focus to other Global South countries, namely those in the BRICS+.

Final remarks

Thus, it can be seen that, although the dollar is still predominant and will remain that way possibly for the next couple decades, the efforts to build a de-dollarized economy are being organized and soon will change how multipolar forces interact commercially and financially. The de-dollarization of the world economy means that sanctions and the "weaponization" of USD will not be as effective in the future. As soon as the New Development Bank gathers more resources and is able to finance Global South commerce by serving as a means of reserves and liability for national currencies, we can expect these countries to act more autonomously. Also, a bold – but necessary – speculation around the USA's financial power is if the: country will still be able to withstand a national debt of 33,6 trillion USD (US GOVT, 2023) while enacting $105 billion to fund its security policies such as in Ukraine ($61.4 billion), in Israel ($14.3 billion) and Taiwan ($7.4 billion) (CNN, 2023). The financial power, today, is the key aspect of

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

CNN. U.S. seeks $1 billion in military aid package for Israel, Ukraine. Available at: https://edition.cnn.com/2023/10/20/politics/us-israel-ukraine-aid-package/index.html . Accessed on: October 27, 2023.

Debt to the Penny. Fiscal Data - U.S. Department of the Treasury. Available at: https://fiscaldata.treasury.gov/datasets/debt-to-the-penny/debt-to-the-penny . Accessed on: October 27, 2023.

Encyclopaedia Britannica. 2022 Russian Invasion of Ukraine. Available at: https://www.britannica.com/event/2022-Russian-invasion-of-Ukraine . Accessed on: October 27, 2023.

EUROPEAN COUNCIL. Impact of Sanctions on the Russian Economy. Consilium Europa. Available at: https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/impactsanctionsrussianeconomy/#:~:text=It%20is%20estimated%20that%20in,according%20to%20the%20World%20Bank . Accessed on: October 27, 2023.

ING. BRICS Expansion and the Dollar: Would a Larger Bloc Mean Faster Dedollarisation? Available at: https://think.ing.com/reports/brics-expansion-and-the-dollar-would-a-larger-bloc-mean-faster-dedollarisation/ . Accessed on: October 27, 2023.

ING NEWSROOM. BRICS Expansion: The Saudi Surprise Adds Momentum to the De-dollarisation Debate. ING Newsroom. Available at: https://www.ing.com/Newsroom/News/BRICS-expansion-The-Saudi-surprise-adds-momentum-to-the-de-dollarisation-debate.htm . Accessed on: October 27, 2023.

Nikkei Asia. Russia pays Sakhalin dividends in Chinese yuan. https://asia.nikkei.com/Politics/Ukraine-war/Russia-pays-Sakhalin-dividends-in-Chinese-yuan . Access Date: February 8th, 2024.

Reuters. India cenbank to give banks guidance to resolve rupee trade issues - official. Reuters. Available at: https://www.reuters.com/world/india/india-cenbank-give-banks-guidance-resolve-rupee-trade-issues-official-2023-07-14/, Access Date: February 8th, 2024.

Reuters. What is BRICS currency? Could one be adopted?. https://www.reuters.com/markets/currencies/what-is-brics-currency-could-one-be-adopted-2023-08-23/, Access Date: February 7, 2024.

Referências

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Designating Iranian Officials in Connection with Serious Human Rights Abuses or Censorship in Iran. U.S. Department of State. Available at: https://www.state.gov/designating-iranian-officials-in-connection-with-serious-human-rights-abuses-or-censorship-in-iran/ . Accessed on: October 27, 2023.

World's Top Oil Exports by Country. World's Top Exports. Available at: https://www.worldstopexports.com/worlds-top-oil-exports-country/ . Accessed on: October 27, 2023.

Adesão de Novos Membros ao BRICS: novos “system-affecting states”?

Sofia Lopes Martins

Em agosto de 2023 foi anunciado que Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã passariam a ser parte dos BRICS no ano seguinte. Tal anúncio gerou diferentes reações no Norte e no Sul global, e nos coloca a questionar qual é a real força que o BRICS, agora expandido, possui no tabuleiro internacional. Fazendo uso do conceito de “system-affecting states” proposto por Keohane (1969) e articulado por Souza Lima (2005), busca-se entender as potencialidades que os BRICS podem desenvolver como representantes do Sul Global face a um mundo historicamente controlado pelas hegemonias ocidentais.

Os BRICS face ao Ocidente

Em 2011, o BRICS era uma organização intergovernamental que englobava cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. De uma perspectiva brasileira, ainda que Rússia e China fossem considerados importantes aliados comerciais, as relações econômicas do Brasil com esses países eram tratadas de forma individual e separada. Por outro lado, o Brasil já possuía uma forte e relevante interação conjunta com Índia e África do Sul, a ponto de terem uma iniciativa trilateral reconhecida pela sigla IBAS e fundada em 2003 (Saraiva, 2007).

Com a percepção de que os cinco países compartilham semelhanças como as “dimensões continentais”, “reconhecida importância regional”, “população”, “produto interno bruto”, “recursos naturais”, “regime democrático”, foi incitada a formação de “parcerias estratégicas” entre o Brasil e estes Estados, as quais trariam benefícios mútuos e diversos em níveis políticos e econômicos (idem, 2007).

Além desses fatores, os países se reconheciam como promissores mercados emergentes, cujo potencial econômico impressionava as maiores economias globais do Ocidente. De maneira geral, os fatores mencionados compunham a identidade específica e internacional

desses países, e justificava uma aliança do tipo Sul-Sul, a qual pressiona o sistema internacional contra a hegemonia Pós-Guerra Fria, liderada pelos Estados Unidos da América em nome do Ocidente (Cooley; Nexon, 2020).

Além disso, consolidou a "nova geografia mundial", expressão empregada pelo presidente Lula por ocasião da criação do G-20, que conforme Lima (2005) demonstra um movimento que não apenas destaca "positivamente o movimento da política externa, em coordenação com outros países do Sul, na direção do exercício de um metapoder nas questões multilaterais de comércio" como também sinaliza "a novidade da cooperação Sul-Sul no contexto da globalização dos mercados e do pós Guerra Fria" (Lima, 2005).

Assim, esses países teriam potencial para "impedir uma globalização que tem assumido cada vez mais uma 'face ocidental' em diferentes campos, como cooperação, comércio, ajuda humanitária, 'hegemonia' em instituições internacionais de governança global e outros" (Petrone, 2023).

Novos membros, novas potencialidades?

A formação original dos BRICS era composta por países que eram compreendidos como forças intermediárias no sistema internacional. Em relação aos novos membros anunciados em 2023 - Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes -, essa perspectiva não se altera. Em geral, os novos membros apresentam variadas características e desempenham diferentes papéis no sistema internacional. Ainda assim, é importante destacar que, em geral, os novos membros apresentam inegável relevância regional e são constituintes importantes do Sul Global.

Maria Regina de Souza Lima (2005), por exemplo, aponta que esta categoria de países pode ser pensada como representando a identidade de países denominada por Robert Keohane (1969) como system-affecting states, a qual também coloca um grande peso na prática do multilateralismo. Keohane (1969) define quatro tipos de Estados, a partir da forma como os mesmos conjugam seus poderes no sistema internacional. O conceito que nos interessa aqui - "system-affecting states" - são os Estados que não afetam o sistema agindo sozinhos. No entanto,

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

podem exercer um impacto significativo sobre o sistema trabalhando por meio de pequenos grupos ou alianças, ou por meio de organizações internacionais universais ou regionais (Keohane, 1969).

Ao discorrer sobre o conceito de system-affecting states, Maria Regina Soares de Lima (2005) avança na fronteira do conhecimento e esclarece que nesta categoria se encontram países com recursos e capacidades relativamente limitadas, em comparação às potências. No entanto, eles apresentam "perfil internacional assertivo,valorizam as arenas multilaterais e a ação coletiva entre países similares de forma a exercer alguma meta de poder e influenciar nos resultados internacionais".

Em consonância, é importante ressaltar a importância que o multilateralismo vai assumir para as potencialidades dos system-affecting states. Andrew Hurrell mostra que o perfil de países dos BRICS mostrava: (1) um grau relativamente alto de capacidade ou potencial de hard power, com coesão política nacional suficiente para afetar a mudança global; (2) ambição de exercer mais influência regional ou global; (3) laços crescentes com outras potências em ascensão e; (4) falta de integração total ou "adesão" à ordem liberal ocidental (2006, apud Chin, 2015).

Neste contexto, fica clara a importância do multilateralismo para o sucesso econômico e político dos BRICS, principalmente por estarem nesta instância, condicionados à soma das forças e poderes de seus integrantes no momento de uma articulação econômica ou política em nível global. No entanto, é preciso revisitar o conceito de multilateralismo emplacado nos BRICS.

Para além do multilateralismo de John Ruggie (1992), o qual era "baseado em certos princípios de ordenação das relações entre os Estados, como a indivisibilidade e a reciprocidade difusa" (Martins, 2023), Vazquez (2021) defende que o BRICS emprega um "multilateralismo à la carte". A autora esclarece que o conceito tem sido usado de forma mais ampla para denotar uma preferência geral das economias emergentes por modelos mais flexíveis, fluidos e informais de governança global que priorizem coalizões mais estreitas em detrimento de negociações em foros formais e universais (Vazquez, 2021).

No entanto, ainda que o BRICS faça uso de um multilateralismo à la carte, o qual é diferente do conceito tradicional, ele pode ser igualmente efetivo e trazer resultados positivos para os países do grupo. Isso faz sentido

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

principalmente se observarmos que as alianças estreitas (ou até bilaterais) dos novos membros com os anteriores têm colocado maior relevância regional e internacional na política e na economia praticada por esses países – a exemplo dos países do Oriente Médio (Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes) – uma vez que se associam à ordem não-ocidental.

Considerações finais

Dado o exposto, podemos estabelecer algumas conclusões importantes para esta análise. Primeiramente, consideramos o BRICS como uma verdadeira fonte de oposição à hegemonia ocidental. Especialmente a partir do incremento da cooperação Sul-Sul, busca-se ativamente desafiar inclusive a dolarização da economia mundial. Ainda, concluímos que os novos e antigos membros apresentam configurações nacionais e internacionais relevantes para sua projeção política e econômica no sistema internacional. Por fim, podemos dizer que o multilateralismo à la carte representa o principal fundamento do sucesso potencial dos BRICS e da consolidação desses países como verdadeiros system-affecting states.

Neste sentido, entendemos o grupo como um palco importante, notadamente para os novos membros, crescerem no plano internacional. A partir do incremento de um multilateralismo à la carte, os novos membros dos BRICS poderão desfrutar de um foro no qual flexibilidade e governança global informal serão características importantes para a política exterior desses países. Assim, é possível projetar que, a partir da maior visibilidade e do aumento das capacidades internacionais dos novos membros em associação aos países do grupo, eles serão capazes de se integrarem no sistema internacional a ponto de afetarem sua conformação.

A partir do momento que esses países desfrutarem de uma influência que afeta diretamente o sistema internacional, podemos seriamente pensar em uma série de processos e consequências. Um primeiro processo que já é despontado no horizonte, por exemplo, é a desdolarização, que se tornará mais forte e poderá dar considerável espaço para outras moedas e economias internacionais. Em um outro momento, podemos pensar também em uma expansão do G20, que englobaria definitivamente todos os novos e antigos membros do BRICS devido a importância assumida por esses países. Por fim, vale pensar como esses países

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

poderão orientar em prol do Sul Global as discussões de pautas que polarizam ainda hoje o sistema internacional, como a agenda ambiental e de segurança internacional.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

CHIN, Gregory T. The State of the Art: Trends in the Study of the BRICS and Multilateral Organizations. In: Lesage, D., Van de Graaf, T. (eds) Rising Powers and Multilateral Institutions. International Political Economy Series. Palgrave Macmillan, London. 2015. https://doi.org/10.1057/9781137397607_2

COOLEY, Alexander; NEXON, Daniel H. How Hegemony Ends: The Unraveling of American Power. Foreign Affairs. Junho 2020. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-06-09/how-hegemony-ends?utm_medium=social&fbclid=IwAR3ctOsK9us-Bz4L_unfnce3WTG4kuXQNEAZZ49-jmClqpNylEIs6oXWcgI. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

FASSIHI, Farnaz; YEE Vivian; ALCOBA, Natalie; WALSH, Declan. What to Know About the 6 Nations Invited to Join BRICS. The New York Times. Agosto de 2023. https://www.nytimes.com/2023/08/23/world/asia/brics-nations-new-members-expansion.html

KEOHANE, Robert O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in Internatinal Politics. International Organization, 23, pp 291-310. 1969. doi:10.1017/S002081830003160X.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 48, no. 1, p. 24-59, 2005.

PETRONE, Francesco. Why we need a multilateralism that works and what is the role of the BRICS: lessons from the recent Covid-19 pandemic. In: Iqbal BA (Ed.) COVID-19: Its Impact on BRICS Economies. BRICS Journal of Economics 4(1): 35-51. 2023. https://doi.org/10.3897/brics-econ.4.e99323

RUGGIE, John Gerard. Multilateralism: the Anatomy of an Institution. International Organization, Vol. 46, No. 3 (Summer, 1992), pp. 561-598 Published by: The MIT Press. Stable URL: http://www.jstor.org/stable/2706989.

MARTINS, Sofia Lopes. A rivalidade entre Arábia Saudita e Irã no contexto da Liga dos Estados Árabes. In: Influências da rivalidade saudita-iraniana no Oriente Médio. Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. v. 5 n. 2, maio 2023. ISSN 2675-777X. Disponível em: http://www.petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v5n2/Revista_Petrel_v5n2_revisto.pdf

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 50 (2): 42-59 [2007].

Referências

VAZQUEZ, Karin Costa. Brazil and BRICS Multilateralism à la Carte: From Bilateralism to Community Interest. Global Policy, 12: 534-538. 2021. https://doi.org/10.1111/1758-5899.12969.

A adesão dos novos membros ao BRICS e o ODS 5

Silas Gomes

Introdução

No decorrer da história do BRICS as questões sociais, como os direitos humanos, sempre estiveram em segundo plano, não obstante, o assunto só foi entrar em pauta na V Cúpula do BRICS, realizada em Durban, na África do Sul, em 2013, quando os países membros saudaram o vigésimo aniversário da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos e a Declaração de Viena (BRASIL, 2015).

A presente análise tem por objetivo analisar o impacto da adesão dos novos membros no cumprimento firmado pelo BRICS no ODS 5: Igualdade de Gênero e a importância que as mulheres possuem no crescimento econômico do bloco e seus integrantes.

Contextualização

A questão do desenvolvimento econômico é o cerne principal do grupo, que tem como objetivo o fortalecimento econômico e o cooperativismo entre os integrantes do bloco. Sendo assim, as questões sociais só são citadas nas reuniões e cúpulas por conta do seu importante papel no desenvolvimento econômico (LOBATO, 2018).

Dentre as importantes pautas sociais para o desenvolvimento econômico, encontra-se a pauta feminista e suas reivindicações, como igualdade de gênero, igualdade salarial, igualdade de oportunidades etc. (GODINHO; SILVEIRA, 2004). Decerto, na VIII Cúpula do BRICS, realizada em Goa, na Índia, em 2016, os participantes do bloco reiteraram os compromissos com a igualdade de gênero e reconheceram o importante papel que as mulheres e as meninas possuem no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e enfatizaram que os esforços para a implementação da igualdade de gênero seriam aumentados (BRASIL, 2016).

Com a adesão dos novos membros ao BRICS, isto é, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Argentina, Egito, Irã e Etiópia (BBC, 2023), resta a dúvida se tais esforços para implementar a igualdade de gênero serão mantidos, tendo em vista os posicionamentos políticos deles acerca do tema, especialmente os países árabes, sobretudo, Árabia Saudita e Irã.

A importância das mulheres no desenvolvimento econômico do BRICS

Em 2018, o BRICS estabeleceu a criação do BRICS Gender and Women's Forum, que jogou luz sobre o comprometimento do grupo em diminuir as desigualdades de gênero, e no importante papel que as mulheres possuem no desenvolvimento econômico (BRASIL, 2018).

A decisão foi criada por conta dos números alarmantes de desigualdade entre homens e mulheres nos países do BRICS. As desigualdades abrangem o nível educacional, as proporções salariais, os tipos de trabalho, dentre outras variáveis.

No entanto, o foco emergente do bloco nas pautas de gênero estão firmemente ligados ao desenvolvimento econômico, tendo em vista a proporção populacional de mulheres nos países que constituem o BRICS. No Brasil, cerca de 50,8% da população é composta por mulheres; na Rússia, 53,7%; na Índia, 48,4%; na China, 48,1%; e na África do Sul, 50,5% (UN, 2022).

Investir no contingente populacional feminino e manter as políticas de gênero em pauta, garantindo a igualdade, ampliam as ferramentas do BRICS para lidar com os desafios econômicos (STADEN; MPUNGOSE, 2018). Ademais, segundo o World Bank Group's Woman, Business, and the Law 2020 (2020), a igualdade de oportunidades é benéfica para a economia.

De fato, o crescimento de mulheres ativas no mercado de trabalho acarretaria em um aumento na circulação de capital, dado a ampliação do poder aquisitivo, e uma melhoria na produtividade, ademais, a igualdade de gênero tornaria os ambientes mais favoráveis à ideias inovadoras que favorecem a sociedade como um todo.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Portanto, fica claro que o poder feminino é de grande importância para o desenvolvimento econômico do BRICS, no entanto é importante que haja um espaço livre de preconceitos que limitem tal potencial econômico.

Arábia Saudita

O Reino da Arábia Saudita possui um governo teocrático que se baseia nas leis da religião islâmica, não obstante sua Constituição é baseada na sharia (LEAL, 2018), o que significa que suas leis dependem das interpretações que existem sobre ela.

Vale destacar que não há apenas uma forma da sharia, segundo Jan Michiel Otto, "it has proven useful to discern four distinct ways in which the term sharia is used, namely as divine abstract sharia, as classical sharia, as historically transferred sharia, and as contemporary sharia" (2012, p. 25).

A Arábia Saudita possui uma abordagem mais próxima da sharia clássica (classical sharia), o que torna as atividades realizadas por mulheres consideradas cotidianas no Ocidente, algo distante para a população feminina do país.

Segundo Foucault, "[...] o sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos" (2012, p. 16). Tal afirmação se assemelha à forma como o governo da Arábia Saudita lida com os direitos das mulheres.

As leis sauditas proíbem as mulheres de solicitar passaporte, viajar para fora do país, se casar, abrir contas bancárias, passar por intervenções médicas, sair da prisão depois de cumprir a pena, entre outros, sem a tutela de um homem (BBC, 2017). Diversos direitos considerados como essenciais pela Declaração Universal dos Direitos Humanos não abrangem as mulheres da Arábia Saudita.

É importante destacar que a população da Arábia Saudita é composta por 44,8% de mulheres (UN, 2022), no entanto, o governo teocrático não permite que estas participem de sua economia de forma ativa. As mulheres compõem 70% dos estudantes das universidades do país, todavia, apenas 18,6% fazem parte da força ativa de trabalho (ÚSTAV MEZINÁRODNÍCH VZTAHŮ PRAHA, 2018).

Em um cenário utópico, poderíamos pensar que a entrada

 Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

da Arábia Saudita no bloco BRICS ocasionaria em uma melhora nos direitos das mulheres do país, tendo em vista os crescentes esforços dos países constituintes de proporcionar uma igualdade de gênero em suas políticas econômicas.

Contudo, ao levar em conta as Cúpulas do BRICS, é possível perceber que a horizontalidade de poder e a baixa adesão ao princípio da universalidade dos direitos humanos, especialmente àqueles que conflitam com a sharia, impedem que questões ligadas à igualdade de gênero sejam priorizadas pela Arábia Saudita.

Irã

Em 1 de outubro de 2023, Armita Geravand, jovem iraniana, é espancada pela polícia da moralidade em uma estação de metrô, em Teerã. No dia 22 do mesmo mês sua morte cerebral é confirmada (G1, 2023). Algo semelhante aconteceu com Mahsa Amini, de 22 anos. No dia 13 de setembro a jovem foi abordada pela polícia da moralidade, e após 3 dias em coma veio a óbito. Estes são apenas dois dos diversos exemplos de violências que as mulheres iranianas sofrem diariamente.

A República Islâmica do Irã, assim como a Arábia Saudita, é um país teocrático que segue as leis da religião islâmica, logo, tais leis prevalecem sobre todas as outras leis, como as internacionais e os tratados sobre os direitos humanos. Por conseguinte, assim como na Arábia Saudita, a sharia possui algumas normas que limitam os direitos femininos. Sua população é composta por 49,3% de mulheres (UN, 2022), contudo, dessa porcentagem, apenas 60% delas alcançaram o ensino superior nos últimos anos (ZAHEER; HAIDER; YOUSAF, 2022), ainda assim, as mulheres são minoria no poder público e no setor privado, compondo apenas cerca de 14% da força de trabalho iraniana (BBC, 2022).

O BRICS de fato poderia utilizar o percentual feminino do Irã como uma força de transformação econômica, isso favoreceria tanto a economia domiciliar do Irã como os outros membros do bloco, tendo em vista que a circulação de capital seria maior e influenciaria nos índices de importação e exportação.

No entanto, as leis da sharia conflitam com tal cenário, podendo acarretar em um afastamento por parte do Irã do bloco econômico. Assim como no caso da Arábia Saudita,

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

as mudanças na forma como as mulheres são tratadas estão longe de uma melhoria, assim como a diminuição das desigualdades entre gênero.

Considerações finais

O BRICS é composto por países em desenvolvimento que se uniram com o propósito do desenvolvimento econômico, todavia, suas políticas nacionais são díspares e seus sistemas políticos possuem divergências que serão mais acentuadas com a entrada dos novos membros. Entre tais divergências encontra-se o foco desta análise: a igualdade de gênero, que não é vista na Arabia Saudita e no Irã.

Diferente de outros blocos econômicos, como a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que possuem concepções impositivas, a sua estrutura informal e sua horizontalidade na tomada de decisões abrem diversas brechas para o não comprometimento dos membros em ações com impacto social (LOBATO, 2018).

Por um lado tal estrutura é benéfica para o grupo, pois o mantém livre de brigas internas, não obstante tais brechas farão com que os compromissos firmados pelo BRICS no cumprimento ao ODS 5: Igualdade de Gênero, tenham suas forças minadas, levando em consideração a história conturbada com os direitos femininos de dois dos novos membros.

Segundo Gayatri Chakravorty Spivak, "a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero" (2010, p. 14-15). No decorrer da história, a população feminina sempre foi relegada a subalternidade e aos cantos da sociedade, entretanto, com a crescente luta da pauta feminista por melhores direitos, isso tem mudado. Decerto, tais mudanças não afetam fortemente todo o mundo, como no caso da Arábia Saudita e Irã, mas estendem sua influência, mesmo que de forma ínfima, a toda esta espacialidade.

O potencial econômico das mulheres é de importância ímpar na construção do desenvolvimento econômico e deve ser levado em consideração nas tomadas de decisões do BRICS, independentemente de religião ou crença.

Recebido em 9 fev. 2024 | Publicado em 14 jun. 2024

Referências

A Constituição da Arábia Saudita: Direitos Fundamentais e a questão Humanitária no país. Jusbrasil, 2018. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-constituicao-da-arabia-saudita/670287880. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. VIII Cúpula do BRICS - Goa, Índia, 15 e 16 de outubro de 2016 – Declaração e Plano de Ação de Goa. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-do-brics-goa-india-15-e-16-de-outubro-de-2016-declaracao-e-plano-de-acao-de-goa. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. X Cúpula dos BRICS – Declaração de Joanesburgo – 27 de julho de 2018 [Inglês]. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles. Acesso em: 27 out. 2023.

Como vivem as mulheres no Irã, país em que 'valem metade' de um homem. BBC, [S.l], 31 out. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63429830. Acesso em: 27 out. 2023.

Expansão do Brics: bloco anuncia 6 novos membros. BBC, [S.l], 24 ago, 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gz5nzlny5o. Acesso em: 27 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Gender Equality: Why it Matters, Especially in a Time of Crisis. The World Bank, 13 abril, 2020. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/opinion/2020/04/13/gender-equality-why-it-matters-especially-in-a-time-of-crisis. Acesso em: 27 out. 2023.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia, eds. Políticas públicas e igualdade de gênero. Vol. 8. Prefeitura do Municipio de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

Referências

Iraniana espancada por polícia no metrô de Teerã tem morte cerebral, diz mídia estatal. G1, [S.l], 22 out. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/22/iraniana-espancada-por-policia-no-metro-de-teera-tem-morte-cerebral-diz-midia-estatal.ghtml. Acesso em: 27 out. 2023.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. A questão social no projeto do BRICS. Ciência & Saúde Coletiva 23: p. 2133-2146, 2018.

OTTO, Jan Michiel. Sharia incorporated: A comparative overview of the legal systems of twelve Muslim countries in past and present. Sharia Incorporated, 2012.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2022). World Population Prospects 2022, Online Edition.

VAN STADEN, Cobus; MPUNGOSE, Luanda. BRICS should Adopt Inclusive Approach to Women. South African Institute of International Affairs, 2018.

ÚSTAV MEZINÁRODNÍCH VZTAHŮ PRAHA. Women's Rights in Saudi Arabia. Disponível em: https://www.iir.cz/women-s-rights-in-saudi-arabia. Acesso em: 27 out. 2023.

ZAHEER, Dr. Muhammad Akram; HAIDER, Waqas Ali; YOUSAF, Abdullah. Women Rights in Islamic Societies: A Comparative Study of Iran and Saudi Arabia. Al-Wifaq Research Journal of Islamic Studies, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-13, 30 jun. 2022. DOI https://doi.org/10.55603/alwifaq.v5i1. Disponível em: https://alwifaqjournal.com/vol5issue1-en01/. Acesso em: 27 out. 2023.

7 coisas que as mulheres sauditas não podem fazer mesmo após alcançarem direito a dirigir. BBC, [S.l], 28 set. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41431798. Acesso em: 27 out, 2023.



[v. 6 | n. 2] [junho | 2024]

petrel